

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MILLENA VITÓRIA FERREIRA DE LIRA

OS ANOS DE 1980 NO BRASIL: Serviço Social, mercado de trabalho e particularidades  
alagoanas

MACEIÓ-AL  
2025

MILLENA VITÓRIA FERREIRA DE LIRA

**OS ANOS DE 1980 NO BRASIL: Serviço Social, mercado de trabalho e particularidades alagoanas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como requisito para defesa do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

Maceió-AL  
2025

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Elisângela Vilela dos Santos – CRB-4 – 2056

- L768a    Lira, Millena Vitória Ferreira de.  
          Os anos de 1980 no Brasil: serviço social, mercado de trabalho e particularidades alagoanas / Millena Vitória Ferreira de Lira. – 2025.  
          80 f.
- Orientadora: Rosa Lúcia Prêdes Trindade.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2025.
- Bibliografia: f. 73-80.
1. Serviço social. 2. Mercado de trabalho – Alagoas, 1980. 3. Política social.  
I. Título.

CDU: 36:331.3(813.5)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**



Documento assinado digitalmente  
**MILLENA VITORIA FERREIRA DE LIRA**  
Data: 13/02/2025 15:06:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**DISCENTE: Millena Vitória Ferreira de Lira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 12/02/2025

Título: **OS ANOS DE 1980 NO BRASIL:** serviço social, mercado de trabalho e particularidades alagoanas.

**BANCA EXAMINADORA:**



Documento assinado digitalmente  
**ROSA LUCIA PREDES TRINDADE**  
Data: 12/02/2025 15:37:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade ( ORIENTADORA)**



Documento assinado digitalmente  
**REIVAN MARINHO DE SOUZA**  
Data: 13/02/2025 09:20:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Reivan Marinho de Souza**



Documento assinado digitalmente  
**VALDERI TELES DO NASCIMENTO NETO**  
Data: 12/02/2025 15:52:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Assistente Social Ms. Valderi Teles do Nascimento Neto**

*Dedico este trabalho aos meus pais, José e Josefa, e aos meus avós, Eunilde, Severina, Osvaldo e João.*

## AGRADECIMENTOS

Em quatro anos de graduação, aprendi não somente questões associadas ao campo acadêmico, mas compreendi também aspectos sobre a vida em sua totalidade. Me desconstruí, me reconstruí e permaneço no constante processo de observar o mundo sob uma nova perspectiva. Nesse período, fui acompanhada por pessoas que sempre estiveram presentes em minha vida, mas também conheci novas pessoas, que agregaram positivamente a esta trajetória, e, diante disso, encerro este ciclo com um imenso sentimento de gratidão.

O sonho da universidade sempre me apareceu de um modo distante, mas, felizmente, meus pais, José e Josefa, acreditaram em mim e empreenderam esforço físico, tempo, e, acima de tudo, amor, expresso em cada palavra e atitude, que me motivaram a ingressar na faculdade, a permanecer e concluir. Vocês são a minha força e os amo mais do que posso descrever.

Aos meus amados avós, Eunilde, João, Severina e ao saudoso “vô Dó”, Osvaldo, agradeço eternamente pela existência de cada um, e por serem, para mim, sinônimo de amor, força e sabedoria.

À toda a minha família, tios(as), primos(as), madrinhas e padrinho, que de perto ou de longe torceram por mim, agradeço imensamente.

Para os muitos professores, que, do ensino primário ao médio, me ensinaram, inspiraram e me fizeram, de algum modo, chegar à universidade, muito obrigada.

Aos docentes, técnicos, minhas orientadoras de estágio — Angélica e Michelline — e aos demais trabalhadores associados à faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que contribuíram para o meu processo de formação, deixo os meus agradecimentos e os estendo para o grupo de pesquisa *Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais*, ao qual sou grata por participar.

À querida professora Rosa Prêdes, minha orientadora, que me inspira com sua trajetória, deixo os meus mais sinceros agradecimentos, por todo o aprendizado proporcionado, por toda a atenção, por todo o carinho e por ter acreditado em mim.

Dentre as muitas amigas que este processo me proporcionou, agradeço primeiramente àquelas que tive a sorte de conhecer no primeiro período e que me acompanharam até o fim — Rebeca, Sulamita, Maria de Fátima, Érika, Aline e Letícia —, elas que me alegraram, fortaleceram, apoiaram e me fizeram entender a preciosidade da amizade.

À Stefanie, com quem tive o prazer de compartilhar a experiência de estágio, e a Maria Vitória, amiga que o estágio, felizmente, me aproximou — muito obrigada por cada momento e risadas proporcionadas.

Às demais colegas que pude me aproximar e/ou conhecer durante as aulas — Gabi, Alícia, Jamile, Elba, Cris e Andreza —, agradeço por cada troca vivenciada.

Ao Deus no qual acredito, deixo registrada a minha gratidão, pois nessa jornada compreendi que Ele não se limita a doutrinas, religiões etc., mas se expressa no amor, na esperança que move e na força para lutar, conscientemente, por um mundo, neste plano, para além do capital, onde os homens sejam verdadeiramente livres.

Por fim, agradeço a todos que possibilitaram a concretização deste trabalho, e o encerramento deste capítulo. Guardo carinhosamente todas as boas memórias, os aprendizados e o companheirismo envoltos neste processo e pretendo levá-los comigo onde quer que eu vá.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições diretamente dadas e herdadas do passado”

– Karl Marx.



## RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Serviço Social teve como objeto de estudo *Os anos de 1980 no Brasil: Serviço Social, mercado de trabalho e particularidades alagoanas* e foi elaborado para responder a indagações sobre como as transformações societárias, ocorridas durante a década de 1980, se expressaram no campo do Serviço Social em Alagoas, principalmente no que concerne ao mercado de trabalho da categoria de assistentes sociais no referido estado. O objetivo geral da pesquisa foi apreender o Serviço Social em Alagoas na década de 1980, no contexto da renovação profissional no Brasil; os específicos foram: entender o mercado de trabalho para a profissão no contexto das políticas sociais da época e situar as mudanças na formação profissional. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográfica e documental e possibilitou recuperar a história da profissão em nível nacional, além de apreender as particularidades alagoanas. Destacamos o processo de renovação crítica da profissão, a reorganização política e sindical da categoria e demais modificações proferidas no campo da formação e atuação profissional. Paralelo a isso, observamos como tais questões se expressaram na realidade alagoana, a exemplo do envolvimento das entidades profissionais, Cras/AL e Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas (Saseal), em pautas de reivindicações nacionais e específicas da categoria profissional. No que se refere ao mercado de trabalho nacional para os/as assistentes sociais, pontuamos os impasses associados ao desemprego, substituição de profissionais por estagiários/as, depreciação dos salários, entre outras questões, as quais se associam ao plano conjuntural da época, de crise socioeconômica. Com relação a este mercado em Alagoas, expusemos alguns aspectos associados às instituições empregadoras da categoria no estado, a inserção e a atuação desta. Ademais, além de proporcionar o registro e o debate de aspectos sobre a trajetória histórica da profissão na região alagoana, este estudo possibilita a reflexão sobre os avanços profissionais e a necessidade de defesa contínua do legado travado durante os anos de 1980 no Brasil e na particularidade alagoana.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Alagoas; mercado de trabalho; década de 1980.

## ABSTRACT

The subject of this Social Work final paper was *The 1980s in Brazil: Social Work, the labor market and particularities in Alagoas* and it was designed to answer questions about how the societal transformations that took place during the 1980s were expressed in the field of Social Work in Alagoas, especially with regard to the labor market for the professional category of social workers in that state. The general objective of the research was to understand Social Work in Alagoas in the 1980s in the context of professional renewal in Brazil; the specific objectives were: to understand the job market for the profession in the context of the social policies of the time, and to situate the changes in professional training. The work was based on bibliographical and documentary research and made it possible to recover the history of the profession at a national level and understand the particularities of Alagoas. We highlighted the process of critical renewal of the profession, the political and trade union reorganization of the category, and other changes made in the field of training and professional practice. At the same time, we observed how these issues were expressed in the Alagoas reality, such as the involvement of the professional bodies, CRAS/AL and the Alagoas Social Workers' Union (SASEAL), in national and specific professional demands. As far as the national job market for social workers is concerned, we highlight the impasses associated with unemployment, the replacement of professionals by trainees, the depreciation of salaries, among other issues, which are associated with the socio-economic crisis of the time. With regard to this market in Alagoas, we have exposed some aspects associated with the institutions that employ the professional category in the state, their insertion and their work. In addition, as well as recording and debating aspects of the profession's historical trajectory in the Alagoas region, this study enables reflection on professional advances and the need for continued defense of the legacy established during the 1980s in Brazil and in Alagoas in particular.

**Keywords:** Social Work; Alagoas; labor market; 1980s.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abess	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
Abess/NE	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, Região Nordeste
AL	Alagoas
Alaets	<i>Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social</i>
AM	Amazonas
Anas	Associação Nacional de Assistentes Sociais
Apal	Associação dos Professores de Alagoas
Apasal	Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Alagoas
Asplana	Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas
BA	Bahia
Casal	Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento do Estado de Alagoas
CE	Ceará
Ceneas	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
Cfas	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFE	Conselho Federal de Educação
Conclat	Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras
Cras	Conselho Regional de Assistentes Sociais de Alagoas
Cress	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DOEAL	Diário Oficial do Estado de Alagoas
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Espírito Santo
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Funglaf	Fundação Governador Lamenha Filho
Fusal	Fundação de Saúde e Serviço Social do Estado de Alagoas
GO	Goiás
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Ipaseal	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MA	Maranhão

MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
OAB/AL	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Alagoas
PA	Pará
PB	Paraíba
PCA	Polo Cloroquímico Alagoano
PE	Pernambuco
Peas	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Paraná
Proálcool	Programa Nacional do Alcool
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SADDH	Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos
Saseal	Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
Sinpas	Sistema Nacional de Previdência Social
Sinpas	Sistema Nacional de Assistência da Previdência Social
SP	São Paulo
Stab	Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Umma	União Das Mulheres de Maceió

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>SIGNIFICADO E EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS PARTICULARIDADES DO BRASIL E DE ALAGOAS ...</b>	<b>14</b>
2.1	A emergência e o significado do Serviço Social no capitalismo monopolista no século XX no Ocidente .....	14
2.2	O processo de emergência do Serviço Social no Brasil a partir da década de 1930 e a sua particularidade em Alagoas .....	19
2.3	O processo de Renovação do Serviço Social no pós-1964 e a consolidação do mercado de trabalho nacional para a profissão na década de 1970 .....	26
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL EM ALAGOAS NA DÉCADA DE 1980: DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS DE SEU MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL .....</b>	<b>32</b>
3.1	Contexto econômico, social e político da década de 1980 no Brasil e em Alagoas .....	33
3.2	Contexto nacional do Serviço Social na década de 1980 e as particularidades alagoanas .....	45
3.3	Alguns dados históricos sobre o mercado de trabalho para os/as assistentes sociais em Alagoas nos anos de 1980 .....	59
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado *Os anos de 1980 no Brasil: Serviço Social, mercado de trabalho e particularidades alagoanas*, resulta de um processo de estudo iniciado no Programa de Iniciação Científica (Pibic), no âmbito da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), durante os ciclos 2022–2023 e 2023–2024, a partir dos seguintes planos de trabalho: *estudo sobre a configuração da profissão na década de 1970 em Alagoas, no contexto de ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social* e *estudo sobre a configuração da profissão na década de 1980 em Alagoas, no contexto de ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social*. Ambos os planos estiveram vinculados ao Projeto de Pesquisa *A condição profissional do Serviço Social no Brasil e as particularidades históricas em Alagoas (1970 a 2000)*, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade, também orientadora do trabalho ora apresentado. Na pesquisa para a monografia de conclusão de curso, demarcamos o tema na realidade profissional da década de 1980.

No que concerne aos anos de 1980, diversas modificações foram desenvolvidas no plano mundial no período, a exemplo, principalmente, do processo de reorganização capitalista diante da crise estrutural do capital<sup>1</sup>. Não obstante, o território brasileiro integra-se a este bojo de alterações, embora nele tenham sido permeadas pela particularidade deste, dada sua condição de país dependente<sup>2</sup>, associada ao processo de formação sócio-histórica do Brasil. Nesse plano, destacam-se no cenário nacional, ao longo da década de 1980, questões como a crise do regime autocrático; o processo de redemocratização do país, permeado pelo protagonismo político da classe trabalhadora; e a crise econômica, acompanhada de suas consequências para a população brasileira. No que tange ao Serviço Social, o processo de renovação, iniciado na década de 1960, direciona-se de modo particular durante os anos de 1980, em decorrência da efervescência da vertente de intenção de ruptura nos debates da categoria, voltada ao rompimento com o caráter conservador imbricado no tradicionalismo profissional.

---

<sup>1</sup> Rosso (2013), fundamentada em Mészáros, destaca que a referida crise representa o “[...] esgotamento das possibilidades de expansão do sistema do capital, enquanto processualidade global do sistema, uma crise de caráter estrutural dentro da qual se manifestam diversas crises cíclicas que tendem a encurtar cada vez mais o tempo entre elas” (p. 46). Destarte, seus impactos se expandem para todo o campo da vida social, conforme destaca Mészáros (2002), “[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (p. 796-797).

<sup>2</sup> Em suma, de acordo com Theotonio dos Santos (2011), a dependência está relacionada à subordinação da economia dos países dependentes ao desenvolvimento e ampliação da economia dos países centrais. Esta condição, portanto, é peça fundamental à vigência da reprodução do sistema capitalista no plano internacional, que se alimenta dessas relações desiguais, conforme destaca Marini (Stedile; Traspadini, 2011).

Diante desse contexto, nos indagamos como as transformações societárias, ocorridas durante a década de 1980, se expressaram no campo do Serviço Social em Alagoas, principalmente no que concerne ao mercado de trabalho da categoria de assistentes sociais no referido estado. Isto posto, o objetivo geral da pesquisa foi apreender o Serviço Social em Alagoas na década de 1980, no contexto da renovação profissional no Brasil; os específicos foram: entender o mercado de trabalho para a profissão no contexto das políticas sociais da época; e situar as mudanças na formação profissional.

O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográfica e documental. Na bibliográfica, realizamos leituras, fichamentos e resumos de livros, coletâneas, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado, entre outros materiais vinculados à temática. Com relação à pesquisa documental, esta ocorreu a partir da consulta às atas manuscritas das reuniões da diretoria do Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras 16º - Região/AL) e aos documentos digitalizados disponíveis nos *sites* do Arquivo Nacional e do Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Quanto às atas de reuniões do Cras/AL, a leitura do livro de atas, referente aos anos de 1980, ocorreu no atual endereço do Conselho Regional de Serviço Social - 16ª Região (Cress/AL), com autorização formal da diretoria da entidade. Para organização do processo de leitura desses registros, foram estabelecidos indicadores a serem destacados — a exemplo dos temas referentes ao trabalho profissional, à formação, aos eventos, às conjunturas nacional, estadual etc.

A respeito dos documentos do *site* do Arquivo Nacional, estão disponibilizados no seguinte endereço: <https://sian.an.gov.br/>. Para a busca dos arquivos referentes à temática do nosso trabalho, pesquisamos pela palavra-chave “Serviço Social”, limitando os resultados entre os anos de 1980 a 1989. Após isso, selecionamos aqueles que mencionavam o estado de Alagoas. Os documentos do Diário Oficial do Estado de Alagoas foram acessados por meio do *site* <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/>, onde buscamos a partir da palavra-chave “assistentes sociais”, restringindo a busca aos anos de 1980 a 1989.

Ambos os estudos, integrantes da pesquisa documental, foram acompanhados pela sistematização das informações coletadas em planilhas, no sentido de aprimorar o processo de vinculação dos dados observados com o conteúdo estudado sobre os cenários alagoano e nacional.

O trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira encontra-se esta introdução. Na segunda discorremos acerca do significado do Serviço Social no sistema capitalista, a sua emergência na fase monopolista do capital, a particularidade deste processo no Brasil e em

Alagoas, o processo de renovação do Serviço Social no país, a partir da década de 1960, e a consolidação do mercado de trabalho nacional para assistentes sociais, em um contexto de regime autocrático. A terceira seção expõe questões associadas à década de 1980, à conjuntura nacional e estadual, ao cenário do Serviço Social brasileiro nesta década, ao panorama do mercado de trabalho para a profissão e à particularidade desses aspectos em Alagoas. Na quarta seção localizam-se as considerações finais.

Sobre a relevância da temática para o campo do Serviço Social, ressaltamos sua contribuição para o registro do desenvolvimento histórico da profissão em Alagoas. Para além disso, destaca-se ainda a importância do estudo da perspectiva de renovação crítica, haja vista que, dentre as demais vertentes, somente ela se constituiu como um novo projeto profissional. Tal como destaca Trindade (2001), ela difere dos projetos anteriores por debater de modo crítico a emergência e o desenvolvimento da profissão, além de considerar os aspectos da “[...] estrutura econômico-social e não se limitando a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social” (p. 18). Nesse sentido, para além do registro histórico do desenvolvimento da profissão em Alagoas, associamos nosso estudo à observação realizada por Boschetti (2009, p. 145):

[...] o esquecimento é fermento do imobilismo e da recusa da história como processo e movimento. A memória aqui resgatada não como apego conservador ao passado, mas como inspiração para que as lutas dos sujeitos individuais e coletivos não caiam nas “brumas do esquecimento”.

Outrossim, a citação de Boschetti (2009) nos direciona ao compromisso de que as produções decorrentes de investigações realizadas neste trabalho adicionem contribuições aos debates atuais da categoria, principalmente da parcela atuante em território alagoano.



## **2 SIGNIFICADO E EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS PARTICULARIDADES DO BRASIL E DE ALAGOAS**

A presente seção é composta por aspectos imprescindíveis ao debate proposto neste trabalho, pois refere-se às informações fundamentais à observação da profissão em sua totalidade, na particularidade brasileira e em Alagoas. Em vista disso, discutimos inicialmente os fundamentos e as particularidades do modo de produção capitalista, debate necessário para entender o Serviço Social enquanto profissão inserida nesse sistema. Em seguida, destacamos o contexto no qual emerge o Serviço Social enquanto profissão, a fase monopolista do capitalismo. Nas particularidades brasileiras, destacamos o plano nacional e o plano estadual, tendo como marco a fundação da Escola Padre Anchieta de Serviço Social, no ano de 1957, em Alagoas. Por fim, discorreremos sobre o processo de renovação profissional, nos anos de 1960 e 1970, com ênfase no processo no qual ocorreu a consolidação do mercado de trabalho para os assistentes sociais no Brasil, associado às modificações durante o regime autocrático.

### **2.1 A emergência e o significado do Serviço Social no capitalismo monopolista no século XX no Ocidente**

Discutir o panorama do Serviço Social em determinado momento histórico, conforme objetivamos neste trabalho, implica compreender e considerar a inserção da profissão nas relações da sociedade capitalista. Para isso, o empenho em apreender o processo de produção e reprodução das relações sociais na ordem capitalista é de extrema importância, visto que, segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social nelas se insere como um dos instrumentos que participam da reprodução das relações de classes, do relacionamento antagônico entre estas. Para tal debate, destacar a peculiaridade do modo de produção capitalista torna-se necessário.

Partimos do pressuposto de que o trabalho, em seu sentido ontológico, é categoria fundante do ser social (Lukács, 2018), na medida em que, no decurso de um processo gradual, o trabalho e suas exigências promoveram a constituição do único ser capaz de imprimir a marca de sua vontade sobre a natureza (Engels, 1876). O trabalho, considerado por Marx (1987) como atividade vital do homem, funda também os demais complexos sociais<sup>3</sup>, que apesar de não se

---

<sup>3</sup> “Por serem decisivos para que a exploração do trabalho venha a se realizar, nem por isso estes complexos se confundem com o trabalho enquanto tal. E isto, fundamentalmente, porque no trabalho temos sempre a relação dos homens com a natureza, enquanto que no Direito, na política, no Estado etc., temos sempre a relação dos homens entre si. No trabalho, o objetivo, sempre, é transformar a realidade material; já nestes outros complexos

configurarem como trabalho, no sentido de transformação da natureza, dele derivam. A partir do momento histórico de desenvolvimento do excedente e da divisão da sociedade em classes — o que presume a dominação do homem pelo homem —, o trabalho, outrora representante de resposta às necessidades de seu executor, passa a corresponder ao processo de acumulação de riqueza da classe dominante. Esta relação, segundo Lessa (1999), alcança o ápice no sistema capitalista, no qual toda a sociedade é submetida à lógica do capital (Andrade, 2021), ou seja, neste modo de produção, o trabalho torna-se uma mercadoria.

O processo de produção desse sistema não se limita à produção e à reprodução de mais-valia<sup>4</sup>, expande-se para o campo da produção e reprodução das relações sociais (Netto; Braz, 2006). As relações sociais se fundamentam na relação capital e trabalho, conforme explica Marx, ao citar que o processo de produção capitalista

[...] considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (Marx, 1984, p. 161 *apud* Netto; Braz, 2006, p. 82).

Ou seja, esse processo desenvolve as bases necessárias à vigência da ordem capitalista, reproduzindo “[...] as condições de exploração ou da reprodução da riqueza pelo trabalhador como riqueza alheia [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 74), em conjunto com suas contradições e mecanismos úteis à ocultação dos reais fundamentos dessa condição (Iamamoto; Carvalho, 2006). Tais contradições vinculam-se à lei geral da acumulação capitalista, explicitada por Marx ao expor que a desigualdade presente no modo de produção capitalista é necessária e derivada das relações de exploração deste, onde a miséria da classe trabalhadora é condição para a acumulação de lucro da classe dominante<sup>5</sup> (*apud* Iamamoto, 2009), configuração que refere-se à base da questão social<sup>6</sup>.

Ademais, o processo de reprodução das relações sociais envolve o desenvolvimento de novas necessidades, conforme destaca Iamamoto:

---

sociais o objetivo é promover uma dada organização das relações sociais, uma dada organização dos homens. E isto faz uma enorme diferença na prática concreta de cada uma, assim como sua relação com a totalidade da reprodução social” (Lessa, 1999, p. 25).

<sup>4</sup> No tocante à mais-valia, Lessa e Tonet (2004) a definem como o valor a mais produzido pelo trabalhador no processo de produção. Isto quer dizer que a força de trabalho possui um aspecto que a difere das demais mercadorias, a de produção de um “[...] valor maior do que ela própria vale” (p. 38), valor que não é agregado ao salário do trabalhador, mas se constitui como base do lucro capitalista, na medida em que este se apropria desse valor, a mais-valia.

<sup>5</sup> Ou seja, esta lei estrutura o desenvolvimento capitalista.

<sup>6</sup> Segundo Netto e Braz (2006), a questão social é determinada pela lei geral da acumulação capitalista, e, portanto, sua superação dentro desse modo de produção é inalcançável.

[...] de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade (2009, p. 12).

Trata-se, nesse sentido, de uma totalidade social mutável. As pontuações realizadas por Iamamoto (2009) direcionam a dois aspectos importantes para o nosso debate: os interesses antagônicos de classe e a dinamicidade das relações sociais.

Com relação ao primeiro aspecto, o vinculamos à atuação do/a assistente social polarizada pelo antagonismo de classes, em um cenário no qual o reforço do interesse de determinada classe só pode ocorrer a partir da mediação<sup>7</sup> de seu antagônico (Iamamoto; Carvalho, 2006). É nessa contradição<sup>8</sup> que repousa o Serviço Social, visto que, ao responder às requisições que interessam ao capital, vinculadas à reprodução dos instrumentos de exploração, fornece também respostas necessárias à sobrevivência da classe trabalhadora.

O segundo ponto, relacionado à dinamicidade das relações sociais, destaca mais um aspecto a ser considerado ao longo de todo este trabalho, a observação de que a atuação do Serviço Social é condicionada a partir da configuração dessas relações em determinado cenário histórico. Ora, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais inerentes a esse movimento produzem novas necessidades e impasses, que significam demandas a serem respondidas pela profissão, a partir de competência que corresponda aos padrões que interessam à lógica capitalista (Iamamoto; Carvalho, 2006). Tal pontuação vincula-se ao que diz Netto (1996), quando menciona que o Serviço Social, enquanto profissão inserida nas relações capitalistas, é influenciado pelas transformações societárias do capitalismo contemporâneo, na medida em que estas provocam modificações no campo da divisão sociotécnica do trabalho e nos demais complexos que constituem as profissões.

Expressão das pontuações realizadas por Iamamoto e Carvalho (2006) e Netto (1996) encontra-se na própria emergência do Serviço Social como profissão<sup>9</sup>. Tal episódio localiza-se na fase monopolista do capitalismo, na qual as modificações realizadas nesse estágio no âmbito político, econômico e social desenvolvem as bases para o estabelecimento da profissão (Netto, 1996). Nesse sentido, o estágio monopolista do capital modifica toda a dinâmica da sociedade,

---

<sup>7</sup> Conforme destacam Iamamoto e Carvalho (2006), as classes sociais fundamentais existem apenas em uma relação recíproca de mediação entre elas.

<sup>8</sup> É a partir da presença dessa polarização, ou melhor, das “[...] forças sociais e política reais” (Iamamoto, 2017, p. 22), que, por meio da existência de diversos projetos sociais na sociedade, coloca-se a viabilidade do desenvolvimento de distintos projetos profissionais, significando a possibilidade para que os/as assistentes sociais possam “[...] estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais” (Iamamoto, 2017, p. 22).

<sup>9</sup> A emergência do Serviço Social como profissão está relacionado ao seu desenvolvimento “[...] como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada [...]” (Netto, 1996, p. 13).

visto que, na medida em que intensifica os antagonismos inerentes e fundamentais ao sistema capitalista e soma-os a inéditas contradições, promove

[...] uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica (Netto, 1996, p. 15-16).

A compreensão da peculiaridade da atuação estatal na fase monopolista é primordial para o debate da emergência do Serviço Social como profissão. Em suma, nesse período, mediante os impasses de acumulação e valorização de capital, os instrumentos extraeconômicos de intervenção tornam-se primordiais, ao tempo em que o Estado, “[...] instância por excelência do poder extra-econômico” (Netto, 1996, p. 20), ao ser alinhado ao atendimento das demandas do capitalismo monopolista e desenvolver face inédita, passa a intervir tanto na organização quanto no processo do campo econômico. Atuando, por isso, de modo sistemático e constante, promovendo a vinculação de suas atribuições políticas e econômicas, o que o difere da atuação realizada na fase capitalista anterior (Netto, 1996). Em vista disso, o Estado, em prol da expansão capitalista, atua na preservação física da classe trabalhadora. Netto (1996) pontua que essa intervenção não se limita apenas à garantia da reprodução da força de trabalho ativa e excedente, mas se expande para o campo da regulação do nível de consumo da classe trabalhadora e sua adequação às demandas necessárias ao processo de expansão capitalista.

Ao discorrer sobre a vinculação dos papéis políticos e econômicos do Estado neste estágio, Netto (1996) menciona e articula este posicionamento à estratégia de legitimação política desta instância, visto que:

[...] incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (Netto, 1996, p. 23).

Este posicionamento é possibilitado pelo movimento e pelos antagonismos do estágio monopolista, onde o Estado, visando obter legitimação política nas linhas democráticas, torna-se permeável às reivindicações da classe trabalhadora, desde que estas possam “[...] ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (Netto, 1996, p. 25).

É tão somente nesse cenário que as expressões da questão social<sup>10</sup> passam a ser objeto das políticas sociais, utilizadas pelo Estado monopolista como resposta principalmente às

---

<sup>10</sup> “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção,

necessidades de manutenção e dominação da classe trabalhadora, em prol do desenvolvimento capitalista. Além disso, no campo político, a política social colabora para a construção de um Estado como figura “social”, que atua como conciliador dos interesses opostos (Netto, 1996), ocultando a sua real face.

Vale ressaltar que a emergência da política social é condicionada pela luta de classes, e, portanto, produto da organização da classe trabalhadora, respondida pelo Estado antecipadamente. Além disso, “[...] elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos” (Netto, 1996, p. 29).

Pode-se pontuar que é somente nesse contexto que se requisita um/a profissional como o/a assistente social, quando, mediante às necessidades de desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista, modifica-se o modo de intervenção estatal, que passa a incidir nas expressões da questão social, de modo fragmentado, a partir de políticas sociais. Essas políticas, por sua vez, demandam profissionais qualificados/as, desde a sua formulação até sua execução, em vista disso, os/as assistentes sociais se inserem, no momento de emergência profissional, no grupo de profissionais requisitados/as para atuar na execução de tais políticas, em um plano no qual:

[...] a natureza da prática técnica é essencialmente executiva, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se alocam prioritariamente no patamar terminal da ação executiva — o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “questão social” recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais (Netto, 1996, p. 70-71).

Entende-se assim que a dinâmica desenvolvida pelo capitalismo monopolista instaura as bases que proporcionam a profissionalização do Serviço Social, ao promover as condições necessárias para o desenvolvimento de um espaço de inserção dos/as assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho (Netto, 1996). Essa profissionalização ocorre quando os/as agentes profissionais são requisitados/as por organismos e instituições distintas das áreas de protoformas da profissão — nestas inexistia um ordenamento pela lógica do mercado (Netto, 1996). A partir disso, a atuação desses/as agentes recebe significado inédito no campo da reprodução das relações sociais, se inserindo no mercado de trabalho e, consequentemente,

---

contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado” (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

vivenciando os condicionamentos derivados dessa localização (Netto, 1996). Desse modo, compreende-se que não é o desenvolvimento dos/as agentes profissionais que promove a construção de um mercado de trabalho, ao contrário, é a existência de um espaço sócio-ocupacional que desencadeia o desenvolvimento profissional, conforme pontua Netto (1996).

Realizadas tais considerações, necessárias para o destaque referente à configuração do modo de produção capitalista e à inserção da profissão, e para a compreensão da política social — derivada do caráter interventivo do estado monopolista, enquanto base da profissionalização do Serviço Social —, podemos nos debruçar sobre as particularidades do processo de emergência da profissão no Brasil.

## **2.2 O processo de emergência do Serviço Social no Brasil a partir da década de 1930 e sua particularidade em Alagoas a partir de 1957**

No Brasil, o processo de institucionalização do Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940, além de ter se manifestado como um dos mecanismos da atuação estatal, no contexto do Estado Novo, em conjunto com o empresariado brasileiro e em resposta às expressões da questão social no país, contou com expressiva participação da Igreja Católica<sup>11</sup> (Yazbek, 2009). Segundo Martinelli (2000), a emergência do Serviço Social no Brasil vincula-se ao complexo cenário histórico-conjuntural do país no momento em questão, de modo que:

A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial, típica da 1ª República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (Martinelli, 2000, p. 122).

A partir de 1930, com Vargas na presidência da República, o compromisso de manutenção da força de trabalho foi utilizado como estratégia para a diminuição das tensões no âmbito da classe trabalhadora, que preocupava a burguesia nacional. Em prol da hegemonia burguesa, buscou-se o fortalecimento das relações com a Igreja e com as frações mais influentes da classe dominante. De acordo com Martinelli (2000), a Igreja Católica, tendo como objetivo a recuperação de sua hegemonia, ofereceu suporte a tais iniciativas.

---

<sup>11</sup> Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), a Igreja Católica e o Estado possuem papel principal na jornada da formação do Serviço Social nos países latino-americanos.

Expressão da participação da Igreja Católica nesse processo está na sua configuração como instituição pioneira responsável pelo ideário, conteúdo e formação dos/as assistentes sociais no Brasil (Yazbek, 2009). A primeira Escola de Serviço Social do Brasil foi fundada em fevereiro de 1936, em São Paulo, sob responsabilidade do Centro de Estudo e Ação Social (Ceas), fundado em 1932, que tinha como objetivo expandir a doutrina e a ação social da Igreja Católica (Yazbek, 2009). Em vista desse vínculo, os referenciais teóricos da profissão emergente pautaram-se na Doutrina Social da Igreja Católica, imprimindo nos primeiros objetivos político-sociais um direcionamento humanista conservador, oposto ao liberalismo e ao marxismo, tendo em vista o posicionamento católico naquele momento, que intencionava a “[...] recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da ‘questão social’” (Yazbek, 2009, p. 8), tendo como base as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Nesse sentido, o contexto que antecede a criação da primeira instituição formadora de assistentes sociais no país está relacionado à configuração católica daquele momento, que objetivava a realização de ações para o desenvolvimento de uma “nova ordem social cristã” (Carrera; Oliveira; Cruz, 2021), tendo na Ação Católica<sup>12</sup> o engajamento direcionado à doutrinação dos indivíduos ao catolicismo.

De acordo com Prêdes (2014), o vínculo das formas embrionárias da profissão com a Igreja Católica provocou a delimitação das primeiras demandas profissionais, a partir de requisições referentes a entidades vinculadas à Ação Social da Igreja Católica. No entanto, ainda no período de emergência profissional, observa-se a atuação da categoria em instituições estatais, isto explica-se, segundo a autora, pela aproximação das relações entre o Estado e a Igreja na década de 1930.

As modificações promovidas durante o Estado Novo no Brasil, a partir de 1937, têm importante papel no caminho de institucionalização do Serviço Social no Brasil, pois é no período ditatorial, com Getúlio Vargas no poder, que o investimento no campo das políticas sociais<sup>13</sup> aparece enquanto mecanismo de embate político entre as classes (Prêdes, 2014), resultando em “[...] legislação social mais ampla e uma legislação sindical que atrela a organização da classe operária ao controle estatal” (Prêdes, 2014, p. 20). As leis trabalhistas e o estabelecimento do salário-mínimo são algumas das iniciativas estabelecidas nesse contexto<sup>14</sup> (Yazbek, 2009).

---

<sup>12</sup> Uma análise aprofundada sobre a ação católica em Alagoas é realizada por Medeiros (2007).

<sup>13</sup> Recordemos destas enquanto bases da profissionalização do Serviço Social.

<sup>14</sup> Tais medidas são permeadas pelo viés assistencialista e paternalista, visto que o governo do referido período intentou, a partir dessas iniciativas, a desmobilização da classe trabalhadora e atenuação dos conflitos de classes (Yazbek, 2009).

Nas décadas seguintes, mais especificamente entre 1940 e 1950, ocorre a expansão do Serviço Social no campo estatal<sup>15</sup> (Prédes, 2014). As instituições sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro, principalmente no campo assistencial e previdenciário, demandavam trabalhadores/as especializados/as, dentre os/as quais são requisitados os/as assistentes sociais (Prédes, 2014). Esse momento não significa apenas a expansão do mercado de trabalho para a profissão no Brasil, mas representa também a

[...] incorporação efetiva do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, como profissão especializada [...] forma-se uma típica categoria profissional assalariada, no momento em que no Brasil, os serviços sociais passam a ser produzidos e consumidos em estreita relação com o processo produtivo. O Serviço Social engaja-se no processo em que o Estado assume parcela significativa da reprodução material da força de trabalho e da reprodução da dominação, visando manter a hegemonia da classe burguesa (Prédes, 2014, p. 21).

Portanto, se o Serviço Social emerge no âmbito católico, sua profissionalização e legitimação ocorrem vinculadas às instituições supracitadas (Iamamoto, 2004).

Em vista desse cenário, inicia-se uma tecnificação do conservadorismo<sup>16</sup> originado do vínculo da profissão com a Igreja Católica (Yazbek, 2009). Segundo Yazbek (2009), isso se explica pelo contato com os direcionamentos do Serviço Social norte-americano, atreladas ao viés conservador do positivismo:

[...] a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. [...] vai constituir o que Iamamoto (1992, p. 21) denomina de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais) (Yazbek, 2009, p. 5).

Observa-se como, na medida em que o Estado e o empresariado requisitam a atuação do Serviço Social, acrescentam novas determinações ao processo de legitimação e institucionalização da profissão no Brasil (Iamamoto; Carvalho, 2006). Ademais, nota-se a inserção dos/as assistentes sociais do país no mercado de trabalho e a expansão da sua inserção no campo estatal. O desenvolvimento e a consolidação do mercado de trabalho para a profissão

<sup>15</sup> Essa expansão possui como plano de fundo a atenção do empresariado ao campo social, acompanhada pela crítica da escassez de instrumentos necessários ao alinhamento psicológico e físico da força de trabalho aos padrões de produção do momento vigente (Iamamoto; Carvalho, 2006).

<sup>16</sup> Refere-se a articulação entre o pensamento humanista cristão e o referencial positivista — herdeiro das Ciências Sociais — que fundamentou teórica e metodologicamente a profissão em suas origens.



no Brasil serão citados ao longo do próximo subitem, mas discutiremos a emergência do Serviço Social no estado de Alagoas antes.

Em Alagoas, consideramos que o marco que baliza a emergência do Serviço Social encontra-se na criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, em 1957, primeira instituição direcionada à formação de assistentes sociais no estado<sup>17</sup>. De acordo com Amaral, Souza e Trindade (2021), o surgimento da profissão em Alagoas está vinculado à iniciativa Católica no estado, em resposta às requisições da sociedade na década de 1950. Nesse sentido, percebe-se o alinhamento com as informações referentes à emergência do Serviço Social no panorama nacional. No entanto, é possível notar um descompasso em relação ao período de emergência da primeira Escola de Serviço Social em Alagoas, se comparado a exemplos referentes à região sudeste do país, onde isso ocorre a partir da segunda metade da década de 1930, e em Alagoas, conforme mencionado, na década de 1950. A disparidade não se limita ao território alagoano, sendo observada nos demais estados nordestinos, onde o período de criação das primeiras Escolas ocorreu, em sua maioria, a partir de meados da década de 1940, de acordo com Silveira Jr. (2021).

Essa constatação nos aponta para a necessidade de considerar a particularidade da região Nordeste ao debatermos acerca do Serviço Social nesse território, visto que observar a profissão nela demanda considerar o desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil, pois, de acordo com Ortiz (2010), o modo de organização econômica fundamentado na monocultura do país, majoritariamente direcionado para atender aos interesses externos, promoveu

[...] inúmeros desdobramentos sociais e territoriais sentidos até hoje, como, por exemplo, o desenvolvimento expressivo das regiões Sul e Sudeste em vários aspectos — econômico, político e sociocultural, se comparadas às demais regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tais diferenças regionais explicam-se, do ponto de vista interno, a partir do entendimento de que o modelo exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas deu margem aos inúmeros ciclos econômicos, cuja exaustão dos

---

<sup>17</sup> Observa-se, nesse período, a participação das Missionárias de Jesus Crucificado, estas que estiveram envolvidas no processo de fundação de mais oito Escolas de Serviço Social no Brasil — entre 1949 a 1962 —, o que demonstra que “É absolutamente impossível abordar qualquer aspecto da origem da profissão no Brasil, sem mencionar a influência da doutrina social da Igreja Católica, mediante o trabalho realizado através de diversos organismos dentre os quais a Congregação Missionárias de Jesus Crucificado” (Brandão, 2023, p. 42). Em Alagoas, a referida Congregação atuou no desenvolvimento do regimento interno da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, na divulgação e realização do primeiro vestibular da instituição etc. (Alves, 2008), e, além disso, a primeira diretora da Escola foi Madre Zilda Galvão Leite, religiosa das Missionárias de Jesus Crucificado.

recursos naturais, engendrava novos ciclos, deixando para trás, isolados, e à própria sorte, os anteriores (Ortiz, 2010, p. 42).

Em vista disso, observa-se no Nordeste maior prevalência das relações de produção pré-capitalistas e arcaicas, derivadas do período colonial do Brasil, atreladas ao papel destas relações para o processo de “[...] afirmação capitalista no país, comandada pelo Centro-Sul, ou os nexos que a subordinam às necessidades de acumulação monopolista internacional” (Silveira Jr., 2021, p. 16).

A partir dessas pontuações, e tendo em vista que o processo de emergência do Serviço Social, demanda, conforme observado no primeiro tópico desta seção, a existência de contradições derivadas do estágio monopolista do capital, pode-se constatar que o atraso de tais relações no Nordeste — em vista de uma maior conservação dos traços arcaicos na região — implica em emergência posterior do Serviço Social nele, se comparado à região Centro-Sul (Silveira Jr., 2021). Além disso, o descompasso observado no processo de emergência da profissão, aparece também de modo interno, o que aponta para a necessidade de se considerar a configuração desigual “[...] do qual foram se afirmando as relações e contradições sociais e políticas típicas do modo de produção capitalista nos estados” (Silveira Jr., 2021, p. 16).

Realizadas tais considerações, fundamentais para reafirmar a necessidade de se atentar às particularidades regionais, para entender o processo de desenvolvimento do Serviço Social nestas, podemos retornar ao panorama de emergência da profissão em Alagoas.

O período que antecede a emergência do Serviço Social em Alagoas fora marcado pela expansão populacional no estado, entre as décadas de 1940 a 1950 (Medeiros 2007 *apud* Medeiros, 2016). Observa-se, nesse plano, a migração da população rural para a cidade, tendo em vista a situação de precarização no campo, a exemplo das consequências derivadas da ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar (Alves, 2008). De acordo com Tenório (2007 *apud* Alexandre, 2023), em Alagoas, nos anos de 1950, inicia-se um processo de transformações inseridas no contexto de alinhamento do estado ao direcionamento nacional de industrialização. Tais modificações não se limitaram ao campo econômico, mas foram processadas também no campo político, cultural e social (Alexandre, 2023).

No que concerne ao plano político na década de 1950, durante o governo de Arnon Melo, que perdurou de 1950 a 1955, foi executado um plano direcionado ao enfrentamento da questão social no estado, que esteve, de acordo com Vasconcelos, “[...] estritamente vinculado à iniciativa da Igreja Católica” (2018, p. 49). Dado que é neste período que se inicia a Ação Católica em Alagoas, no campo da Arquidiocese, que passa a empreender atuação mais intensa e organizada diante da condição de precarização da população alagoana — a exemplo da

situação de pobreza, miséria, baixos índices de alfabetização, assim como pelas consequências das secas e enchentes ocorridas em algumas regiões do estado, bem como pela ampliação da população em situação de rua e inseridas nas periferias de Maceió (Alves, 2008; Vasconcelos, 2018). O processo de implantação do Serviço Social em Alagoas, portanto, se insere nesse cenário.

Na década de 1950, houve a nomeação de Leda Collor, primeira-dama de Alagoas, para a direção da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no estado. Motivada pela ausência de profissionais qualificados/as para a atuação com questões referentes à “[...] seca, enchente, fome e mendicância” (Nolasco *et al.*, 2008, p. 93) no estado, Leda contatou a Escola de Serviço Social de Niterói, no entanto, a instituição orientou acerca da necessidade de fundação de um local adequado para a realização de tais ações. Diante disso, em 1952 foi realizado um Curso de Introdução ao Serviço Social em Alagoas, episódio que, segundo Nolasco *et al.* (2008), marcou o início da formação de “[...] pessoal para a assistência social em Alagoas” (p. 93).

Ainda segundo Vasconcelos (2018), outro antecedente importante está na criação da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social (Faas), em 1952, tendo entre seus objetivos “Exercer uma beneficente ação social, abrangendo várias modalidades [...]” (Medeiros, 2017, p. 73-74 *apud* Vasconcelos, 2018, p. 50). Em 1955, a Faas promoveu reunião direcionada à discussão da criação de uma Escola de Serviço Social em Maceió, por iniciativa do arcebispo coadjutor da Arquidiocese da capital do estado, Dom Adelmo Cavalcanti Machado (Vasconcelos, 2018).

A partir disso, tem-se, no ano de 1957, a autorização do funcionamento da primeira instituição responsável pela formação de assistentes sociais em Alagoas, a Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Alagoas, localizada em Maceió, tendo como instituição mantenedora a Faas. Outrossim, os primeiros campos de estágio estavam localizados, segundo Alves (2008), no Serviço Social da Indústria (Sesi), no Serviço Social do Comércio (Sesc) e no Posto de Puericultura, que ficava localizado no bairro do Pinheiro.

Ademais, é necessário pontuar que o período de criação da Escola Padre Anchieta em Alagoas acompanha o momento da promoção de políticas desenvolvimentistas no Brasil, que avançam a partir do governo de Juscelino Kubitschek, quando se tem o estímulo à política educacional, enquanto estratégia de qualificação da força de trabalho, devido aos objetivos referentes à industrialização do país, tal cenário resulta na ampliação da educação brasileira, tendo como objetivo o alinhamento da classe trabalhadora aos padrões exigidos à modernização (Costa *et al.*, 2017, p. 51).

Após a fundação da Escola em 1957, ocorreu seu reconhecimento legal pelo estado em 1959, período que coincidiu com o início de uma reforma administrativa, atrelada ao suporte do processo de industrialização que proporcionou a criação de órgãos direcionados a este fim. Esta reforma inseriu-se na política reformista, incentivadora do desenvolvimento em Alagoas, implantado pelo governo de Muniz Falcão, iniciado a partir de 1956 (Alves, 2008). Soma-se a isso a formação da primeira turma de assistentes sociais em Alagoas, composta por 10 alunas, em 1961, no âmbito da Escola de Serviço Social Padre Anchieta (Silva, 2008).

Em 1960, o governo de Muniz Falcão apresentou o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento de Alagoas, contendo ações nos campos da saúde, da assistência social, da habitação, da educação e do abastecimento de água. Dentre as medidas realizadas ao longo do referido governo, destaca-se a implantação da Secretaria de Saúde e Assistência Social<sup>18</sup> (Alves, 2008), que passou a contratar assistentes sociais, motivo pelo qual Silva (2008 *apud* Amaral; Souza; Trindade, 2021) aponta a criação dessa Secretaria como um aspecto que indica o período inicial da organização do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais de Alagoas, admitidos/as para o campo de coordenação das atividades vinculadas ao Serviço Social (Silva, 2008).

Derivada da referida reforma administrativa, ocorreu a expansão da demanda por profissionais qualificados/as, desenvolvendo, dessa maneira, um “[...] um espaço institucional, um mercado específico para a ação profissional [...]” (Silva, 2008, p. 77). Destarte, entre os anos de 1960 e 1970, estabeleceu-se em Alagoas uma formação profissional associada às demandas advindas do processo de desenvolvimento — a exemplo de conhecimentos relacionados ao planejamento e administração. Ademais, de acordo com Costa e Souza (2008, p. 14), os/as profissionais estiveram inseridos em áreas de atuação como a Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Trabalho, LBA, Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), entre outras, durante esse período.

Diante disso, encerramos este subitem com observações fundamentais para o prosseguimento do trabalho, compreendendo que discutir o mercado de trabalho do Serviço Social implica, primordialmente, entender que a localização da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas confere à sujeição do Serviço Social a alterações derivadas da configuração de tais relações em determinado momento histórico. Nesse bojo insere-se ainda a constatação da política social, derivada da intervenção estatal do estágio

---

<sup>18</sup> De acordo com Alves (2008), a Assistência Social no estado era coordenada pelo departamento de assistência social da Secretaria de Saúde, onde as principais ações estavam relacionadas a “[...] construções de postos de saúde e hospitais, e algumas construções de casas para as famílias carentes” (p. 204).

monopolista, como base da profissionalização do Serviço Social, de modo que se entende que o nível de intervenção estatal por meio de políticas sociais implica efeitos para o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais. Ademais, a discussão referente à profissão em Alagoas possibilitou reconhecer que as particularidades referentes ao processo do desenvolvimento capitalista no país, e a sua particularidade no Nordeste, confere singularidades ao Serviço Social nesta região, a exemplo do período de instituição da primeira Escola de Serviço Social no estado, e isso nos atenta para a necessidade de considerar tais particularidades.

No campo das proximidades com as referências associadas ao plano nacional, observa-se em Alagoas o vínculo da profissão emergente com a Igreja Católica, a partir da fundação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. No campo do mercado de trabalho, percebe-se que, assim como registrado nas referências consultados sobre o Serviço Social no Brasil, a profissão se institucionaliza a partir das demandas estatais, derivadas das requisições do processo de industrialização no país.

Em face do exposto, podemos seguir para a exposição de marcos importantes no campo do Serviço Social no Brasil durante as décadas seguintes, para adentrar no debate sobre a década de 1980.

### **2.3 O processo de Renovação do Serviço Social no pós-1964 e a consolidação do mercado de trabalho nacional para a profissão na década de 1970**

Nos tópicos anteriores, foi possível observar a influência do ideário confessional doutrinário sobre a profissão desde a sua emergência no país, questão associada à participação da Igreja Católica nesse processo. Contudo, as bases tradicionais da profissão começam a ser questionadas pela categoria profissional a partir da década de 1960. Netto (2017), denomina este momento como o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, composto por três diferentes vertentes, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. De acordo com Netto (2017), a renovação refere-se ao

[...] conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (p. 138-139).

Tais modificações não se limitaram às demandas vinculadas ao regime autocrático — conforme veremos nos parágrafos seguintes — visto que a renovação não contém apenas linhas associadas à tais requisições, mas agrega também aspectos de oposição à autocracia burguesa, o que denota como se estabeleceram, concomitantemente, as condições para o desenvolvimento no campo do Serviço Social de “[...] um feixe de alternativas que desbordavam amplamente as projeções ditatoriais” (Netto, 2017, p. 138).

Desse modo, a renovação profissional engloba toda a profissão, onde a sua concretização ocorre a partir de diferentes linhas, e por isso, acarreta o desenvolvimento do pluralismo<sup>19</sup> profissional, estabelecido, de acordo com Netto (2017), a partir de diferentes meios de fundamentação, seja da prática profissional, assim como da validação teórica, e das “[...] matrizes teóricas a que elas se prendem” (p. 139).

Por conseguinte, compreender o processo de renovação do Serviço Social no Brasil implica considerar o vínculo deste com o regime autocrático burguês<sup>20</sup>, instaurado no país a partir do Golpe Militar de 1964, em contexto internacional marcado pela contrarrevolução preventiva<sup>21</sup>. De acordo com Netto (2014), nesse período o modelo econômico promoveu desenvolvimento significativo das forças produtivas do país, em um movimento que respondeu principalmente aos interesses monopolistas internacionais e internos. Nesse período, observa-se a intensificação da superexploração<sup>22</sup> da classe trabalhadora, assim como o intenso

---

<sup>19</sup> “Este pluralismo, contudo, não esbate o cariz comum às suas vertentes, inédito em face da evolução profissional anterior: nesta, o fundamento da instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente, e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões. É próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição. Nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece, sob todos os aspectos, como um avanço: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa, registra-se uma articulação que lhes confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos” (Netto, 2016, p. 139).

<sup>20</sup> O uso deste termo está centrado na constatação, a partir de Netto (2014), fundamentado em Florestan Fernandes, de que o regime derivado do Golpe de 1964, não se caracterizou apenas como uma Ditadura Militar, visto que ele também respondia aos interesses do “grande capital”.

<sup>21</sup> De acordo com Netto (2014), o Golpe de 1964 se insere em um plano internacional marcado por sucessivos golpes de estado, definidos pelo autor como sintomas de amplo processo relacionado à contrarrevolução preventiva, patrocinada pelos países imperialistas. Nesse plano, os países do Terceiro Mundo foram os mais afetados, tendo em vista a diversidade de movimentos direcionados à libertação nacional e social nestes países.

<sup>22</sup> Com relação à superexploração da força de trabalho: “Ela pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador (Marini, 2005 [1973]; 2000 [1978]; Osorio, 1975; 2009). Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador. A superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital); o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração” (Luce, 2013, p. 171-172).

desenvolvimento do campo industrial e a promoção de uma modernização das atividades no campo agrário, conservando seus traços arcaicos e os redimensionando aos interesses capitalistas daquele momento.

Não há dúvidas de que o período autocrático promoveu profunda modificação na sociedade brasileira, que perpassou, nesse período, por uma complexificação da sua configuração de classe, a partir da emergência de “[...] um novo segmento no interior da classe operária, de novas camadas médias urbanas e de uma oligarquia financeira” (Netto, 2014, p. 16). Adiciona-se às modificações deste momento a exacerbada urbanização e a expressividade da questão social (Netto, 2014).

É a partir disso que Netto (2017) pontua que as novas condições, referentes ao processo de reorganização do Estado<sup>23</sup> e às alterações realizadas na sociedade, estabelecidas a partir da configuração inerente ao ciclo ditatorial, promoveram modificações na atuação e na formação dos/as assistentes sociais. Expressão disso está no campo das políticas sociais<sup>24</sup>, que passou por relevantes modificações, tanto em seus métodos de planejamento e implementação, quanto em seu significado, questões que geraram a necessidade de alteração das práticas dos/as profissionais atuantes no campo dessas políticas — entre eles os/as assistentes sociais, impactando significativamente a área de atuação destes/as.

É dessa maneira que nesse contexto ocorre a consolidação do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais no Brasil. No entanto, antes de discorrermos sobre esse episódio, é importante lembrar que o mercado nacional para o Serviço Social emerge na década de 1940, no contexto do Estado Novo. Em vista da instauração de grandes instituições sociais no país, este mercado observou determinada expansão na década de 1950, contudo, conforme destaca Netto (2017), tratava-se ainda de um mercado emergente, não consolidado. Portanto, é esse mercado emergente que o regime autocrático redimensiona, a partir de alterações empreendidas nas instituições<sup>25</sup> e instrumentos governamentais direcionados à intervenção sobre as expressões da questão social. Netto (2017) destaca que essas modificações foram de caráter

---

<sup>23</sup> Ao Estado, nesse período, é designado o papel de “[...] ‘racionalizar’ a economia: não somente criar o melhor quadro legal-institucional para a concentração e a centralização, mas ainda induzi-las mediante uma ação interna no processo de produção e acumulação” (Netto, 2017, p. 34).

<sup>24</sup> Com relação às políticas sociais no período ditatorial, Behring e Boschetti (2016) mencionam que estas foram utilizadas como instrumento de legitimação do regime repressivo, por meio da ampliação e modernização destas políticas.

<sup>25</sup> Exemplo disso está nas amplas modificações no sistema previdenciário brasileiro. Entre tais alterações, destaca-se a junção dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), representando a integração da Previdência Social no país, que afastou o/a trabalhador/a da gestão direta da previdência à medida que o transformou em um financiador desta (Bravo, 2000).

funcional e organizacional e promoveram a complexificação dos campos de inserção da categoria profissional e a especialização de suas atividades.

Agrega-se ao trajeto da consolidação do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais em território nacional a ampliação de organizações filantrópicas privadas, devido ao agravamento das expressões da questão social nesse contexto, conforme mencionado anteriormente. Em vista disso, essas instituições passaram a promover concursos para a categoria profissional.

Outro aspecto que integra este momento, está na inserção dos/as assistentes sociais no campo empresarial, vinculado ao desenvolvimento industrial, inserção que foi acompanhada pela necessidade de supervisão e controle dos/as trabalhadores/as nessas áreas, tendo em vista o contexto autoritário (Netto, 2017).

Tais alterações, além de promoverem a expansão dos campos de atuação para os/as assistentes sociais, demandaram ainda uma modificação em sua atuação. Nesse contexto, ocorre uma alteração do perfil requisitado pelos empregadores, substituindo a demanda das práticas tradicionais pelo caráter racional, associado às demandas inerentes ao projeto modernizador, e a racionalidade burocrático-administrativa deste. Ou seja, o desenrolar das modificações expostas acima desencadeou “[...] precisamente um vetor de erosão do Serviço Social ‘tradicional’: implicou um dimensionamento técnico-racional [...]” (Netto, 2017, p. 134).

Além disso, com as alterações exigidas à prática dos/as assistentes sociais, ocorre também a necessidade de modificação da formação destes/as profissionais no país. Conforme apontado por Prêdes (2014), ocorreu o incentivo estatal para adequar e aprimorar a formação técnica dos/as futuros/as profissionais, de modo que esses/as estivessem preparados/as para atuar alinhados ao caráter desenvolvimentista<sup>26</sup> das políticas sociais no regime ditatorial. Desse modo, no início da década de 1970 inicia-se a inserção do curso de Serviço Social ao ambiente universitário brasileiro. A formação dos/as assistentes sociais, anteriormente sob responsabilidade exclusiva de escolas mantidas por instituições de caráter religioso ou laicas, com poucos recursos, experimentou uma transição para o campo da universidade em um período curto, conforme observa Netto (2017). Exemplo dessas pontuações pôde ser observado

---

<sup>26</sup> Expressão disso pode ser observada no relatório da comissão responsável pela estruturação do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde há a informação de que o objetivo do Departamento de Serviço Social na referida instituição estaria relacionado à preparação de profissionais capacitados/as para a atuação vinculada ao desenvolvimento social, concentrando-se no contexto social e nos indivíduos inseridos neste (Brasil, 1972).



em Alagoas, com a transição<sup>27</sup> do curso de Serviço Social da Escola Padre Anchieta para a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em 1972.

Portanto, é nessas condições que se insere o processo de renovação profissional do Serviço Social no Brasil. Contudo, de acordo com Netto (2017), a crise do Serviço Social “tradicional” não foi um fenômeno restrito ao território nacional, mas algo observado na maioria dos países onde a profissão possuía relevante estágio de “[...] inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulava algum lastro de legitimação ideal” (p. 148). Dentre as expressões deste processo, destaca-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, observado na América Latina a partir de 1965, principalmente nos países do Cone Sul, o referido Movimento destacava as particularidades do continente latino-americano, promovendo reflexões sobre a atuação da categoria mediante as desigualdades sociais e o alinhamento do exercício profissional às particularidades regionais, negando assim “[...] a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade” (Iamamoto, 2017, p. 25). No entanto, a emergência de ditaduras nos países da América Latina, primeiro no Brasil e depois nos demais países do Cone Sul, impuseram obstáculos no avanço dos aspectos propostos pelo Movimento de Reconceituação.

Ainda assim, o Movimento de Reconceituação promoveu o contato com a tradição marxista, que apesar de ter sido pautado por alguns equívocos<sup>28</sup>, significou a aproximação da profissão com esta fonte para a realização de debates e reflexões sobre o Serviço Social. No Brasil, as ideias derivadas da vertente crítica do Movimento de Reconceituação, influenciadas pela tradição marxista, não se desenvolveram no território nacional na década de 1960, em vista do ambiente autoritário estabelecido no país, conforme citado no início desta seção, tais direcionamentos ganham forças no país apenas na década de 1980, coincidindo com a crise do regime militar<sup>29</sup>.

Em vista disso, observa-se, principalmente no período que se refere aos anos de 1960, no bojo das formulações profissionais, o empenho de alinhar o Serviço Social enquanto “[...]”

---

<sup>27</sup> Apesar de constar nos documentos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) que o referido processo tratava-se da criação de um curso novo na instituição, para a Arquidiocese e também para os integrantes do curso da Escola de Serviço Social Padre Anchieta significava uma continuação do curso (Amaral; Souza; Trindade, 2021 *apud* Costa, 2017).

<sup>28</sup> “[...] excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco” (Netto, 2017, p. 153)

<sup>29</sup> Ou seja, é relevante observar, conforme pontua Prêdes (2014), que as sementes do projeto crítico da profissão foram plantadas já na década de 1960, contudo, devido ao cenário sociopolítico estabelecido no país advindo do regime ditatorial, o clima propício para a retomada do empenho deste projeto ocorre apenas com o início da crise do regime autoritário.

instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964” (Netto, 2017, p. 158) — a esse direcionamento que Netto (2017) define como a vertente modernizadora do processo de renovação da profissão, ou seja, o questionamento do tradicionalismo presente na profissão é observado pelo viés do desenvolvimento em alinhamento com o projeto de modernização tecnocrática.

No final da década de 1970, a perspectiva modernizadora da profissão começa a ser questionada e novos rumos do processo de renovação emergem no decorrer da década seguinte. No entanto, para compreender os direcionamentos da renovação nos anos de 1980, assim como a configuração do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais nesse período, é necessário realizar pontuações relevantes sobre o panorama brasileiro durante a década em questão.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL EM ALAGOAS NA DÉCADA DE 1980: DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS DE SEU MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL**

No primeiro tópico desta seção discorremos sobre o contexto nacional nos anos de 1980, destacando as consequências do processo de reorganização dos países capitalistas centrais diante da crise estrutural do capital para os países dependentes. Nesse plano, observa-se no Brasil a ampliação da dívida externa, o desequilíbrio dos gastos públicos e a alta inflação, entre outros fatores que incidiram sobre a classe trabalhadora do país, a exemplo das altas taxas de desemprego, pobreza etc. Diante disso, expomos o panorama das políticas sociais nesse contexto, a crise do regime autocrático, o protagonismo político da classe trabalhadora, o processo de transição democrática e a promulgação da Constituição de 1988. Outrossim, salientamos, no final deste subitem, a particularidade do cenário econômico, social e político do estado de Alagoas neste período.

No segundo tópico, tratamos sobre o Serviço Social em nível nacional, quando pontuamos os direcionamentos do processo de renovação profissional, destacando, principalmente, a vertente de intenção de ruptura, assim como a reorganização política e sindical da categoria, a aprovação do Currículo Mínimo, em 1982, e o desenvolvimento Código de Ética de 1986. Os parágrafos seguintes, versam sobre os aspectos vinculados ao mercado de trabalho para os assistentes sociais, onde, localizamos questões referentes à saturação deste, a inserção da categoria em subempregos ou desvinculados do processo de formação, a depreciação dos salários, problemáticas associadas aos estágios, entre outros aspectos.

Referente ao estado de Alagoas, ressaltamos o cenário da profissão, onde fora destacada a criação do Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS/AL) e do Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas (Saseal), o processo de reorganização política da categoria profissional e do movimento estudantil no estado, assim como o cenário da formação profissional no âmbito do Departamento de Serviço Social da UFAL. No último tópico, expomos, a partir das referências bibliográficas consultadas e dos dados localizados na pesquisa documental, por meio das atas de reuniões do Cras/AL e das edições do Diário Oficial do Estado de Alagoas, aspectos referentes ao mercado de trabalho para os/as assistentes sociais em Alagoas.

### 3.1 Contexto econômico, social e político da década de 1980 no Brasil e em Alagoas

Conforme mencionado anteriormente, o período de autocracia burguesa no Brasil conferiu profundas modificações nos mais diversos setores do país. Ao final da década de 1970, observa-se no plano nacional a existência de novas problemáticas e conflitos que, segundo Netto (2014), influíram sobre a divisão da base social do regime ditatorial expondo a sua crise. Em vista disso, o período inicial dos anos de 1980, especialmente em seu primeiro terço, representa um momento de alteração da correlação de forças políticas no país, em um movimento em prol da democracia e oposto ao regime ditatorial. De acordo com Netto (2014), essa modificação está intrinsecamente relacionada ao protagonismo da organização da classe trabalhadora nesse contexto, questão que será abordada mais adiante.

No plano político, os anos de 1980 se iniciam com o general João Batista de Oliveira Figueiredo no poder, governo que se iniciou em 1979 e perdurou até 1985, se caracterizando como o último e mais duradouro governo militar. Em seu mandato, Figueiredo se deparou com o esgotamento do “milagre econômico”<sup>30</sup>, crise observada desde a segunda metade da década anterior. Ao não reconhecer a decadência do “modelo econômico”, Figueiredo seguiu os passos do governo antecedente, de Geisel, que promoveu o adiamento dos estrangulamentos econômicos (Netto, 2014). Diante disso, o saldo destes posicionamentos se colocou em cena, expressivamente, a partir do início da década de 1980. Veremos o Brasil assolado, durante os anos de 1980, por uma crise econômica acompanhada de inúmeras consequências, principalmente para a classe trabalhadora do país. Contudo, antes de adentrar nesse debate, é imprescindível que se destaque o plano internacional no referido período e os seus impactos para o território brasileiro.

Na transição da década de 1970 para os anos de 1980, se destaca no campo mundial a presença de uma crise do sistema capitalista, que, diferente das observadas anteriormente, possui caráter estrutural<sup>31</sup>, visto que, conforme aponta Mészáros (2002), vincula-se aos próprios limites do sistema capitalista. Nesse contexto, se nota a ação reacionária da classe dominante, diante da decaída das taxas de lucro, reação esta que, de acordo com Santos (2019), promoveu a ampliação da hegemonia dos setores monopolistas no plano econômico mundial,

---

<sup>30</sup> Se refere ao período localizado entre o final dos anos de 1960 e meados da década de 1970, onde o Brasil se inseriu entre as dez maiores economias mundiais. O rápido processo de ampliação e consolidação do capitalismo, foi o marco mais relevante do “milagre econômico”, que respondeu a motivos e objetivos específicos, alinhados aos interesses da classe dominantes, dos “[...] grandes proprietários e dos grupos monopolistas” (Netto, 2014, p. 137). Trata-se, portanto, do período de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, fundamentado pela extrema intervenção do Estado, subordinado aos interesses do capital externo e mediado pelo extremo terrorismo estatal.

acompanhada pela refuncionalização do Estado, em um processo esteado pela reestruturação produtiva <sup>32</sup>, financeirização <sup>33</sup> do capital e reordenação neoliberal <sup>34</sup>, o que estará consolidado na década de 1990.

No âmbito brasileiro, a década de 1980 é perpassada pela crise da dívida externa (Wanderley, 1986; Behring, Boschetti, 2016; Behring, 2008). A ampliação <sup>35</sup> da dívida se insere, conforme mencionado acima, no processo de ofensiva capitalista diante da crise do capital. Em resumo, esta expansão está associada ao movimento de reorganização da política econômica norte-americana, com relação à América Latina:

[...] em busca da hegemonia do dólar, e o início das pressões cujos resultados derruíram a possibilidade de ruptura com a heteronomia, contida no desenvolvimentismo, este, por sua vez, fundado na substituição de importações (Kucinski; Branford, 1987 *apud* Behring, 2008, p. 131).

Em outras palavras, e a partir da colaboração de Abramides (1989), a expansão da dívida externa dos países latino-americanos representou um dos instrumentos de repasse dos recursos da América Latina aos países centrais. A elevação exacerbada das taxas de juros das dívidas, desenvolveu um “estrangulamento da economia latino-americana” (Behring; Boschetti, 2016, p. 139), expresso em fatores como a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e do fluxo de importações, assim como na diminuição das taxas de investimento no setor público. No que concerne à especificidade <sup>36</sup> da dívida externa no Brasil:

<sup>32</sup> Behring (2008) a define como “[...] revolução tecnológica e organizacional na produção” (p. 33), expressa em formas mais flexíveis do processo de produção, a exemplo do toyotismo, que se fundamenta por meio de uma quantidade reduzida de trabalhadores, expandindo-os por meio de “[...] horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado” (Antunes, 1995, p. 28). O saldo de tais modificações foi direcionado para a classe trabalhadora, impactada, por exemplo, por meio da ampliação do desemprego estrutural e pela fragilização dos vínculos empregatícios, entre outros.

<sup>33</sup> Santos (2019) destaca que esta promove a intensificação da “[...] especulação financeira com a geração de capital fictício, aumentando o poder do capital bancário e financeiro” (p. 287).

<sup>34</sup> Esta impactou no modo da atuação estatal no campo político e econômico, na medida em que o Estado “[...] passa a auxiliar o capital com a retração dos gastos estatais na área social [...]” (Santos, 2019, p. 287). Por conseguinte, localiza-se na Europa ocidental, no mesmo período, ampla presença de governos executando iniciativas vinculadas à ofensiva neoliberal (Anderson, 1995 *apud* Behring; Boschetti, 2016), que significaram para a classe trabalhadora a expansão do desemprego, a diminuição dos investimentos no campo das políticas sociais, a redução de salário etc.

<sup>35</sup> “Partiu-se de taxas de juros baixas e até negativas para um salto percentual em torno de 19% em 1981 e 27,5% em 1982 por parte dos credores, de forma que houve uma inversão explosiva de transferência de dívidas em prazos muito curtos, mas que foi acompanhada também da queda das exportações de matérias-primas, nos países ao sul da linha do Equador” (Behring, 2008, p. 132).

<sup>36</sup> Vale ressaltar que as alterações acometidas no mercado mundial do petróleo obtiveram peso no montante da dívida no Brasil, o que levou Behring (2008) a considerar que cerca de 50% da dívida esteve associada à reorganização do mercado mundial do petróleo, que, ao promover o aumento dos preços internacionais, instaurou empecilhos aos países importadores do produto, dentre eles o Brasil (Marangoni, 2012). Contudo, na perspectiva de Kucinski e Branford (1984), esta relação tem caráter de “realimentação”, visto que pode-se observar, em um período anterior ao impacto do petróleo, que o Brasil já possuía expressiva dívida, associada à

[...] 70% da dívida externa tornou-se estatal. Com isso, ‘Criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento do setor público. [...] ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes’ (Kucinski; Brandford, 1987:43 *apud* Behring, 2008, p. 133).

A escolha dentre esses três aspectos, durante os anos de 1980, esteve centrada na emissão de títulos da dívida, que desembocou na ampliação dos juros e no desenvolvimento das altas taxas de inflação<sup>37</sup>. Ao lado desse descontrole inflacionário, estava também o desequilíbrio do gasto público, observado não apenas no Brasil, mas no conjunto da América Latina, promovendo consequências como:

[...] empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas (Behring; Boschetti, 2016, p. 139).

Diante do cenário de extrema precarização, e a partir da ameaça de “colapso financeiro global” (Behring, 2008, p. 136), nota-se o impulso a realização de ajustes e planos<sup>38</sup> direcionados a estabilização. Mas, de acordo com Tavares e Fiore (1993 *apud* Behring, 2008), na verdade se tratava de um plano de reordenamento das relações entre os países centrais e dependentes, mencionado acima. Nesse sentido, estamos nos referindo a uma configuração de reorganização “[...] da reestruturação industrial e financeira nos países centrais, cujo custo foi pago duramente pela periferia” (Tavares; Fiori, 1993:42 *apud* Behring, 2008, p. 136). Ademais, Nogueira (1998) pontua, em sua análise sobre o Estado na década de 1980, impasses expressos nitidamente por este no período em questão:

[...] sua intensa centralização administrativa; suas hipertrofia e distorção organizacional, por meio do empreguismo, sobreposição de funções e competências e feudalização; sua ineficiência na prestação de serviços e na gestão; sua privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais; seu déficit de controle democrático, diante do poder dos tecnocratas e, dentro disso, o reforço do Executivo em detrimento dos demais poderes (*apud* Behring, 2008, p. 147).

---

“[...] articulação exemplar entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro, que fundou o ‘milagre brasileiro’” (*apud* Behring, 2008, p. 135).

<sup>37</sup> Que chegou a atingir 1.782,9% em 1989 (Vargas; Felipe, 2015).

<sup>38</sup> No Brasil, podemos citar, por exemplo, os seguintes planos: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989).

As políticas de estabilização foram insuficientes para responder à crise expressa no Brasil, o que se notabilizou no avanço das taxas de inflação, acompanhada pela intensificação da fragilização econômica do setor público (Behring, 2008). Nesse contexto, observa-se, a partir de Castro e Ribeiro (2009), uma redução no financiamento das políticas sociais, se comparado ao período de ampliação econômica, observado durante o “milagre econômico”. Desse modo, na medida em que se ampliavam as demandas populacionais, nota-se a diminuição das fontes de financiamento da política social, expresso na redução percentual do PIB do país direcionado ao campo das políticas sociais. Visto que, em 1980, 13,85% deste percentual estiveram direcionados a gastos público social<sup>39</sup>, e 13,3% em 1985 (Médici e Maciel, 1995; Fernandes *et al.*, 1998; Castro *et al.*, 2009 *apud* Castro; Ribeiro, 2009).

Ainda segundo os dados expostos em Castro e Ribeiro (2009), os investimentos do gasto público social das três esferas, no campo das diferentes áreas, estiveram distribuídos do seguinte modo no ano de 1980: previdência (42,9%), educação e cultura (19,6%), saúde (16,9%), habitação e urbanismo (13,4%), assistência social (1,6%), emprego e defesa do trabalhador (0,3%), saneamento (5%), outros (0,4%). Em 1985, observa-se pouca variação deste quadro: previdência (44,5%), educação e cultura (22%), saúde<sup>40</sup> (16,4%), habitação e urbanismo (8,8%), assistência social (1,7%), emprego e defesa do trabalhador (0,3%), saneamento (5%), outros (1,2%).

No que se refere aos últimos anos formais do regime autocrático, e, posteriormente, no bojo do governo de Sarney, este que abordaremos nos parágrafos a seguir, nota-se que, apesar dos discursos que indicavam a priorização do campo social, o que ocorreu, na verdade, de acordo com Behring e Boschetti (2016), foram iniciativas inexpressivas em resposta às expressões da questão social. Exemplo disso está no carro-chefe da política social do governo de Sarney, o Programa do Leite, “[...] mais voltado para instrumentalizar as associações

---

<sup>39</sup> Por “gastos sociais”, os autores se referem à seguinte definição: “[...] compreende os recursos financeiros brutos empregados pelo setor público no atendimento de demandas sociais e corresponde ao custo de bens e serviços – inclusive bens de capital – e transferências, sem deduzir o valor de recuperação – depreciação e amortização dos investimentos em estoque ou recuperação do principal de empréstimos anteriormente concedidos. A consolidação do gasto social das três esferas de governo tem como principal objetivo medir quantitativamente a participação total do setor público no financiamento dos programas e das ações em áreas sociais, verificando a participação relativa de cada esfera de governo” (Castro; Ribeiro, 2009, p. 42).

<sup>40</sup> Além disso, Castro e Ribeiro (2009) nos fornecem um panorama da política de saúde na década de 1980, a qual, segundo os autores, fundamentava-se “[...] principalmente em iniciativas curativas, centradas na oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares. Poucas ações apresentavam perfis preventivos, com outros tipos de serviços de saúde – a exceção a ser mencionada era a vigilância sanitária e epidemiológica, organizada em algumas regiões do país. O acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares estava garantido apenas à população inserida formalmente no mercado de trabalho. Ou seja, um extenso grupo que se ocupava como assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos ou trabalhadores familiares, por exemplo, só contava com a assistência filantrópica à saúde – com todas as precariedades implicadas” (p. 60).

populares incumbidas de distribuir os tickets para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas do que em promover a ampliação do acesso à alimentação” (2016, p. 143). Reafirmando, desse modo, o caráter fragmentado, compensatório e seletivo da política social no Brasil, inserida, nesse plano, no contexto de crise econômica (Behring, Boschetti, 2016). Contudo, as autoras pontuam que, apesar da não concretização de iniciativas que visavam a reestruturação das políticas sociais no governo de José Sarney, as contribuições desenvolvidas pelos grupos direcionadas a “repensar” as políticas de saúde, educação, assistência social e previdência, foram inseridas no processo de desenvolvimento da Constituição de 1988, a qual citaremos mais adiante.

Acerca dos indicadores sociais desta década, Netto (2014) sinaliza a intensificação da pobreza no país. Segundo o autor, 41% da população estava em situação de pobreza, dentre essa, 18% situada em áreas metropolitanas, 37% em centro urbanos (não metropolitanos) e 45% em regiões rurais. Além disso, os dados demonstram que essa pobreza estava em ascensão e que a população em pobreza extrema no Brasil alcançou o marco de 23,70 milhões, em 1985, enquanto em 1979 esse número era de 17,25 milhões, o que demonstra o seu avanço.

Nesse ínterim, se evidencia também o impacto da conjuntura de crise econômica sobre o mercado nacional de trabalho. De acordo com Antunes (2012), na “Nova República”, iniciada a partir do governo de Sarney, em 1985, se constata o início de alterações no “[...] tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional” (p. s.n.). Nesse contexto, se percebe a realização de alterações de viés organizacional e tecnológico no processo de produção e de serviços no Brasil, contudo as transformações no mundo do trabalho ocorreram no território brasileiro em ritmo mais lento, se comparado aos países de capitalismo central, que perpassavam de modo intenso pela reestruturação produtiva. Ou seja, nesse período, essas modificações se desenvolveram em contornos mais genéricos, como destaca Antunes (2012). Ou seja, no que se refere às alterações derivadas da reestruturação produtiva no Brasil, na década de 1980, verifica-se uma inclinação de caráter seletivo e limitado, que só seria ampliada a partir dos anos de 1990.

Neste quadro, Vargas e Felipe (2015) destacam a ampliação de um ambiente de insegurança no mercado de trabalho, emprego, renda e contratação. Os impactos desse cenário podem ser observados nas taxas de desemprego do país, expostas em Netto (2014), e que nos demonstram a expressividade dessa problemática na década de 1980. Em agosto de 1981, havia cerca de 900 mil desempregados nas regiões metropolitanas do país, que, de acordo com os dados oficiais, seguiu o seguinte ritmo: “[...] 1980, 6,2%; 1981, 7,9%; 1982, 6,3%; 1983, 6,7%; 1984, 7,1% [...]” (p. 189). Contudo, para Netto (2014), estes números subestimavam o real



cenário de desemprego no país naquele período, visto que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 30,3% do grupo economicamente ativo do Brasil, em 1981, estava em situação de desemprego ou subemprego. Soma-se a isso os elevados índices de informalidade citados por Vargas e Felipe (2015):

Conforme Ulyssea (2005), mesmo no início dos anos oitenta o MNT se caracterizou por elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Embora esse número tenha sofrido pequena elevação nos três primeiros anos da década de 1980, o grau de informalidade permaneceu relativamente estável ao longo do decênio (p. 143).

Portanto, como bem nos recorda Netto (2014), classificar o período referente aos anos de 1980 como “desastre econômico-social” não é um exagero.

Diante disso, destaca-se o protagonismo das lutas populares, que levou Antunes (2015), a ressaltar sua importante contribuição ao retardarem o estabelecimento do neoliberalismo no Brasil<sup>41</sup>. A organização dos trabalhadores travada em 1978 inseriu novamente esta classe no campo político do país, conforme pontua Netto (2014). O desenrolar desse protagonismo nos anos de 1980 observou a vigência do caráter combativo das lutas empreendidas na década anterior. Os trabalhadores metalúrgicos, os portuários e os inseridos na área de construção e petróleo/refinação compuseram o maior número de grevistas. Ademais, a participação dos trabalhadores rurais triplicou, assim como ampliou-se a inserção de professores universitários envolvidos nas paralisações. Dentre as expressões de organização derivadas deste contexto, destacamos, a partir de Netto (2014), a realização da Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), em 1981, a emergência da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

O cenário de descontentamento popular diante da conjuntura social, política e econômica do país, descrita nas informações supracitadas, direcionaram, entre 1983 e 1984, “[...] à acentuação do desgaste e do isolamento do regime ditatorial” (Netto, 2014, p. 210). Diante disso, a pauta em destaque estava na sucessão do General Figueiredo. Nesse plano, a luta em prol da democracia se organizou em torno das reivindicações referentes às eleições diretas para Presidência do Brasil, por meio da campanha “Diretas Já”:

[...] ela configurou, já no segundo semestre, o que alguns observadores consideraram a maior mobilização cívica do Brasil no século XX, com comícios e manifestações de ruas reunindo centenas e centenas de milhares de pessoas. Transformou-se numa torrente entusiástica que envolvia praticamente, numa agitação policlassista, todas as forças da sociedade civil (a OAB, a Igreja, a ABI, os sindicatos, a UNE [198] e, ao

<sup>41</sup> Visto que esta ofensiva já se ampliava em diversos países da América Latina, a exemplo do Chile, México e Argentina (Antunes, 2015).

fim, entidades empresariais), todos os partidos e suas lideranças [...] (Netto, 2014, p. 212).

Apesar disso, a emenda Dante de Oliveira, que tratava sobre o restabelecimento das eleições diretas para presidente no país, não obteve votos suficientes na Câmara dos Deputados. No entanto, de acordo com Netto, as lutas empreendidas nesse processo já não se limitavam à intenção de uma votação aberta, mas demandavam modificações políticas para além dessa pauta, como modificações sobre o campo econômico e social do país, o que pressionou a “[...] frente oposicionista, até então hegemonizada sem disputa pelos segmentos democráticos burgueses (a ‘oposição de elite’), a incorporar e a salientar nas suas bandeiras as dimensões econômicas e sociais da vida brasileira” (Netto, 2014, p. 214).

Institucionalmente, o período de transição democrática se localiza a partir da “eleição” de Tancredo Neves para a Presidência da República através do Colégio Eleitoral<sup>42</sup>. Todavia, antes de sua posse, Tancredo falece e seu vice, José Sarney, assume a presidência do país, inaugurando o período denominado “Nova República” (Netto, 2014).

Diante desse quadro, posterior a não concretização de eleições diretas, a organização política das massas populares colocou em pauta a demanda por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana e exclusiva. No entanto, tal demanda foi pressionada pelos representantes da classe burguesa, que intentavam barrar o desenvolvimento de uma configuração constitucional benéfica às modificações sociais e econômicas alinhadas aos interesses da classe trabalhadora; diante disso, o que ocorreu foi um Congresso Constituinte (Netto, 2014; Behring, Boschetti, 2016; Behring, 2008).

É em vista disso que Behring e Boschetti (2016) pontuam que o texto da Constituição de 1988 representou o conflito desses interesses antagônicos, significando avanços em alguns de seus aspectos e possuindo, ao mesmo tempo, elementos conservadores e associados às requisições da classe burguesa. No campo dos avanços, considerados resultados das lutas empreendidas pelos trabalhadores, estão:

[...] dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e político [...] reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária (Behring; Boschetti, 2016, p. 141).

<sup>42</sup> De acordo com Behring (2008), “O colégio eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contra-revolução, se é observado o aspecto no qual as elites no Brasil sempre tiveram uma profunda unidade política: conter a emancipação dos trabalhadores” (p. 139).

Paralelamente, as autoras destacam alguns dos aspectos conservadores presentes na Constituição de 1988:

[...] ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica (Behring; Boschetti, 2016, p. 141).

A presença dessas questões denota a concepção de que o processo que encaminhou o fim do regime ditatorial no Brasil não rompeu com o sistema estatal vigente, situação expressa na constatação de Netto (2014), de que não foram realizadas modificações significativas no fundamento de classe do poder político, por isso o autor assinala que não ocorreu a derrubada do regime autocrático no Brasil, mas uma derrota, o que caracteriza que a transição para a democracia ocorreu de modo *truncado*.

Por fim, no final dos anos de 1980, especificamente em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para presidente após o período ditatorial, tendo entre os candidatos que seguiram até o segundo turno: Luiz Inácio “Lula” da Silva e Fernando Collor de Melo, representando, nas palavras de Behring (2008), os conflitos de classe travados ao longo da década de 1980. Diante disso, fica nítido que, para além de uma crise econômica, essa década foi também marcada por uma crise política, como nos aponta Behring (2008):

[...] delineada pelo avanço do movimento sindical e popular, colocando-se como alternativa de poder, combinando-se exclusivamente a fragmentação da burguesia brasileira num período grávido de possibilidades de aprofundamento da democracia política e econômica, mas também repleto de tendências regressivas e conservadoras ainda fortes e arraigadas na sociedade brasileira, mesmo depois de tão intenso acúmulo de forças pelos trabalhadores e movimentos populares (p. 144).

Portanto, a análise sobre os anos de 1980 no Brasil perpassa o entendimento do plano internacional capitalista, marcado pela ofensiva burguesa diante da crise do capital. A ampliação da dívida externa se inseriu em uma configuração de repasse do custo do processo de reorganização dos países centrais para os periféricos, desencadeando consequências para os países latino-americanos, inclusive o Brasil. Perante o exposto, o território brasileiro se caracteriza, nesse contexto, tanto pela crise econômica, associada principalmente aos impactos da movimentação internacional do capital, quanto pela crise do regime autocrático, além de pela efervescente e relevante organização da classe trabalhadora.

No campo da questão social, percebe-se a precarização das condições de vida da população brasileira, expressa, por exemplo, na ampliação da pobreza no país e nos altos índices de desemprego. Paralelo a isso, nota-se, a partir dos dados expostos, a redução dos

investimentos no campo social, incidindo na diminuição dos investimentos das políticas sociais no país, uma configuração associada à crise nos gastos e serviços públicos do Brasil, em associação às altas taxas de inflação.

Outrossim, estamos nos referindo ao processo de redemocratização do país, tendo como um dos principais marcos a promulgação da Constituição de 1988, constituída por avanços para a classe trabalhadora — avanços que se configuram também como fruto de sua organização —, mas é necessário ressaltar que o desenrolar do cenário político e econômico, a partir dos anos de 1990, impôs obstáculos a essas conquistas devido ao desenvolvimento da ofensiva neoliberal no país (Bravo, 2000 *apud* Behring, Boschetti, 2016).

No tópico 3.2, abordaremos o desenrolar dessa conjuntura sobre a profissão e o seu mercado de trabalho, contudo, tendo em vista a ênfase da pesquisa sobre o estado de Alagoas, torna-se necessário observar as particularidades desse território na década de 1980.

Em Alagoas, os governos vigentes durante o regime autocrático contribuíram para o processo de modernização do Estado, acompanhado por intensa perseguição à organização popular na região alagoana (Albuquerque; Guimarães, 2024). Entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreram relevantes modificações no estado. De acordo com Lopes:

[...] as relações socioeconômicas do país e em Alagoas, sobretudo, no contexto da desconcentração produtiva ensaiada no II PND (Plano de Desenvolvimento Nacional, de 1975 a 1980), no desenrolar da “questão regional nordestina” que gerou formas de incentivos econômicos estatais preconizados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o investimento em políticas de desenvolvimento regional com o objetivo de ampliar e diversificar a indústria nacional (2018 *apud* Albuquerque; Guimarães, 2024, p, 174).

Nessa conjuntura, realizou-se a promoção de investimentos estatais na indústria sucroalcooleira de Alagoas, a exemplo do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), acompanhados do desenvolvimento do Polo Cloroquímico Alagoano (PCA).

Com relação ao Proálcool, Lima e Félix (2020) destacam que:

[...] surgiu exatamente para estimular a criação de destilarias anexas e autônomas. O financiamento subsidiado fez com que a produção de cana para álcool se elevasse de 666 mil toneladas, em 1976, para 19 milhões de toneladas, em 1981. Por dez anos o Proálcool foi o programa que, mediante recursos subsidiados e a abertura do mercado interno, possibilitou uma inédita expansão dos latifundiários. Muito particularmente em Alagoas (p. 115).

Desse modo, além de promoverem a expansão da urbanização, assim como o aumento de recursos destinados à infraestrutura, significaram, tais investimentos, nas palavras de

Albuquerque e Guimarães, “[...] a reestruturação da produção do açúcar e do álcool” (2024, p. 185). Em suma, essa configuração representou um fortalecimento da predominância do setor canavieiro em Alagoas<sup>43</sup>, acompanhado das sequelas derivadas deste campo — a exemplo da precarização da vida dos trabalhadores, dos impactos ambientais e da ampliação dos latifúndios (Santos, 2017 *apud* Campos, 2023).

Logo, o cenário fundiário e social dos poderes oligárquicos do estado não sofreu expressivas modificações durante o regime autocrático, visto que, conforme destaca Campos (2023), as bases de dominação do território alagoano permaneceram intactas:

De forma geral, os governos durante a ditadura militar em Alagoas mantiveram as mesmas estruturas de dominação, e aproveitaram-se consideravelmente do período de crescimento do país para solidificar o processo de industrialização. Este processo não pretendeu realizar uma diversificação de atividades, mas reforçou o caráter predominante do setor canavieiro (Santos, 2017, p. 132 *apud* Campos, 2023, p. 40).

Nesse cenário, o plano político alagoano na década de 1980 se inicia com Guilherme Palmeira no governo do estado, promovendo maior investimento no campo econômico em detrimento da área social. De acordo com Lopes (2016), o governo de Palmeira se estabeleceu em um período no qual Alagoas se mantivera em desenvolvimento econômico, visto que os impactos econômicos externos, vinculados às alterações no mercado do petróleo<sup>44</sup>, nortearam a atenção da economia brasileira para o Proálcool, que, ao promover o desenvolvimento da exportação do álcool e do polo petroquímico em Alagoas, indicou ambiente economicamente benéfico para este setor<sup>45</sup>. Nesse sentido, a economia alagoana não teria sido tão impactada pelas consequências oriundas da crise do choque dos petróleos, devido aos auxílios estatais direcionados ao setor sucroalcooleiro do estado.

Todavia, o cenário começa a se modificar a partir do declínio do desenvolvimento econômico em Alagoas. Conforme Lira (2007, p. 28), observa-se no território alagoano, a partir da segunda metade da década de 1980, uma crise econômica que “[...] deprimiu drasticamente a agroindústria açucareira”. Isso se relaciona ao contexto nacional observado anteriormente, onde, tendo em vista o cenário de crise estabelecida no país, ocorrem cortes nos recursos

<sup>43</sup> Nesse sentido, Lira (2007), denota que a formação econômica, social e política do estado “[...] tem raízes profundas no modo de implantação da atividade canavieira [...]” (p. 2).

<sup>44</sup> Refere-se a reorganização do mercado mundial do petróleo, a partir do aumento dos preços internacionais deste, que instaurou empecilhos aos países importadores do produto, dentre eles o Brasil (Marangoni, 2012).

<sup>45</sup> “O Nordeste e especialmente Alagoas, beneficiou-se muito dos auxílios dos diversos programas agrícolas, empregados sobretudo para a compra de terras. Segundo Lira *apud* Carvalho (2007), no período de 1975 a 1990 o setor alcooleiro alagoano expandiu sua capacidade produtiva com mais de 20 destilarias anexas e novo autônomas, e triplicou sua área plantada com a cana-de-açúcar” (Lima; Félix, 2020, p. 115).

direcionados ao campo nacional agrícola, dada a escassez de recursos. É nesse plano que, em 1985, ocorre o fim do Proálcool.

Em vista disso, a partir de 1985, o Produto Interno Bruto (PIB) alagoano diminuiu, dado que o setor agropecuário, que contribuiu com 26,6% do PIB<sup>46</sup>, caiu gradualmente, denotando a crise nesse campo. A economia da receita alagoana, dependente em quase 60% do setor açucareiro, se viu expressivamente impactada a partir do fim<sup>47</sup> do Proálcool. Tais impasses se estenderam aos diversos setores econômicos do estado, principalmente no que concerne à manutenção dos serviços públicos, assim como no pagamento dos servidores públicos, conforme expõe Lira:

[...] no início da crise, a receita de tributária, em Alagoas, atingiu um patamar negativo da ordem de 0,98%, deixando o estado impossibilitado de cumprir com seus deveres sociais, financeiros e econômicos básicos, gerando uma crise sem precedente na história recente da economia alagoana (2007, p. 34).

Destarte, nota-se que, apesar do desenvolvimento econômico observado anteriormente, na segunda metade da década de 1980 Alagoas perpassou por um cenário precário, incidindo sobre o setor dos serviços públicos, descrito por Almeida como um “[...] atrofiamento das políticas públicas” (1999 *apud* Campos, 2023, p. 43). O movimento sindical ligado à CUT/AL entendia que o panorama de crise em Alagoas estava associado a “[...] uma crise do modelo oligárquico de gerir o poder no Estado, implementado, historicamente, pelas elites alagoanas” (1997, n.p. *apud* Couto; França; Rêgo, 2003, p. 33).

Com relação às condições da população durante esse período, o ambiente referente ao período final dos anos de 1970 e início da década de 1980 salienta os sinais de precarização desta:

[...] 42% da População Economicamente Ativa encontrava-se desempregada ou subempregada; e entre a parcela que estava ocupada, 68% recebiam até um salário mínimo; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas. Dos 138.000 alunos que frequentaram a 1ª série do 1º grau em 1979, apenas 55.000 se inscreveram na 2ª série em 1980, sendo que parte desses alunos era repetente; somente 2% da população era atendida por serviço de coleta de esgoto sanitário e apenas 30% era servida por água potável (Carvalho, 1993, p. 23).

<sup>46</sup> Esse número se manteve em queda gradual, chegando a 6,5% no ano de 1993 (Lira, 2007).

<sup>47</sup> Lira (2007) associa isso à falta de diversificação das atividades econômicas do estado, configurando-o dependente do setor sucroalcooleiro, ou seja, “[...] quando a agroindústria açucareira vai bem, a riqueza gerada beneficia apenas 24 famílias detentores de grandes extensões de terra e de Capital, bem como dos meios de produção necessários à sobrevivência de toda a população do Estado ao qual não traz maior proveito. Todavia quando vai mal ou enfrenta crises prolongadas, a população fica em situação desesperadora, pois o emprego, o comércio, a receita do Estado e o pagamento dos funcionários públicos ficam comprometidos” (p. 30).

Carvalho (1993) cita ainda a precarização nos campos habitacional, dos transportes públicos e da alimentação, além do grave cenário de violência do estado<sup>48</sup>. Lira (2007) pontua que, apesar do desenvolvimento econômico observado no estado na década de 1970 e na metade dos anos de 1980, as condições de vida da população alagoana não sofreram modificações benéficas, o que se expressa no ambiente desigual, no qual “[...] à renda e, principalmente, à terra [...] ficaram concentradas em poder dos 10% mais ricos” (Lira, 2007, p. 118).

Outro ponto de destaque está na organização popular em Alagoas durante os anos de 1980. Seguindo o panorama estabelecido nacionalmente, nota-se no estado a reorganização e emergência de movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade, dentre os quais Carvalho (1993) menciona a organização dos trabalhadores, moradores, estudantes, mulheres, ecologistas, população indígena e afro-brasileira. Segundo o autor, entre os elementos da nova face do campo político alagoano na década de 1980 estiveram a emergência de movimentos sociais inéditos, a aparição do movimento sindical independente e do processo de reorganização das entidades líderes do movimento estudantil (Carvalho, 1993).

Com relação ao movimento dos trabalhadores em Alagoas no final da década de 1970, percebe-se na região movimentos grevistas advindos, principalmente, dos jornalistas, dos trabalhadores da construção civil e dos professores da rede pública (Campos, 2023). Ademais, segundo Campos (2023), o movimento sindical dos anos de 1980 perpassou por uma etapa de fortalecimento de suas entidades, promovendo eleições para as diretorias, assim como a emergência de novos sindicatos, contando, em sua maioria, com a presença dos profissionais liberais e dos servidores públicos. Ademais, Bezerra (2015, p. 351) cita a organização do movimento sindical dos trabalhadores do campo, no qual os canavieiros dos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte “[...] pressionaram, de maneira mais eficaz, as classes patronais promovendo uma grande paralisação, com a participação aproximada de um milhão de trabalhadores”.

Soma-se a essas mobilizações, expressiva movimentação estudantil no estado, protagonizada principalmente pelos estudantes da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Nesse momento, de acordo com Campos (2023), a criação e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoas contaram com o movimento dos estudantes do estado.

Todavia, Carvalho (1993) destaca que, em paralelo ao ressurgimento dos partidos comunistas e socialistas do estado, os representantes da oligarquia alagoana se recompuseram

---

<sup>48</sup> Entre 15 de março de 1987 a agosto do mesmo ano, 400 assassinatos ocorreram no estado. “Numa comprovação da impunidade reinante e, muitas vezes, do envolvimento policial, apenas 53 pessoas estavam presas ou respondendo a processo” (Tribuna de Alagoas, 1987 *apud* Carvalho, 1993, p. 104).

a partir de “[...] uma nova coalizão entre as forças da direita com discurso modernizado” (p. 22-23). Nesse cenário, o autor pontua que o processo eleitoral em Alagoas se mostrou diferenciado do que ocorreu na maioria das regiões do país, visto que aqui os partidos de esquerda e liberais-democratas passaram por diversas derrotas, enquanto os representantes da oposição se desenvolveram, dominando o plano político do estado.

Diante do exposto, o contexto alagoano da década 1980 se destaca pelas consequências derivadas do plano de crise econômica nacional, principalmente no que concerne à crise no setor sucroalcooleiro, que desencadeia impasses para as demais áreas do estado — a exemplo dos recursos públicos —, devido à dependência da região nesse setor. No campo social, observa-se os beneficiados e os prejudicados com as alterações promovidas durante o regime autocrático, de um lado, tem-se a concentração de terra e a reafirmação do poder oligárquico, de outro, notam-se os indicativos de precarização das condições de vida da massa popular de Alagoas. Ademais, seguindo o que fora observado quando mencionamos o contexto nacional, percebe-se no estado a efervescência dos movimentos populares e sindicais, apesar do quadro de perda dos partidos de esquerda no campo eleitoral, demarcando a particularidade alagoana nessa conjuntura.

### **3.2 Contexto nacional do Serviço Social na década de 1980 e as particularidades alagoanas**

Conforme mencionado anteriormente, a partir de meados da década de 1970, observa-se no Serviço Social questionamentos direcionados à vertente modernizadora do processo de renovação profissional<sup>49</sup>. Tais críticas partiram de frações da categoria vinculadas a perspectivas divergentes. De um lado, derivaram do grupo associado ao catolicismo e à tradição profissional, contrários ao processo de laicização e resistentes às modificações realizadas pelo viés modernizador. No outro polo, a crítica se desenvolveu a partir da categoria vinculada à defesa da ruptura com o Serviço Social tradicional, oposta ao caráter conservador da perspectiva modernizadora e de sua associação ao regime autocrático. Tais vertentes referem-se às respectivas linhas do processo de renovação que se fizeram presentes nos debates profissionais durante a década de 1980: reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

Com relação à reatualização do conservadorismo, Netto (2017, p. 198) pontua que:

---

<sup>49</sup> Segundo Netto (2017, p. 159), até esse período “[...] pode-se dizer que ela imanta indiscutivelmente a reflexão profissional”.



[...] deveria travar um duplo combate: deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração — supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção”.

Desse modo, nota-se, a partir de Netto (2017), que a linha de reatualização do conservadorismo visa adicionar uma “nova roupagem” aos aspectos associados à tradição conservadora da profissão, agregando novos elementos, a exemplo da intensa requisição de produção teórica<sup>50</sup> (Netto, 2017, p. 199). Ademais, observa-se nas formulações desta vertente o seu aspecto inédito, expresso no uso da fenomenologia<sup>51</sup> como base metodológica do campo teórico e da prática profissional. Em suma, esta perspectiva carrega um enfrentamento tanto à vertente modernizadora quanto à influência da tradição marxista, observada na linha renovadora.

No que concerne à perspectiva de ruptura, esta objetiva o rompimento com o conservadorismo presente no Serviço Social “tradicional”, de modo que realiza a crítica “[...] sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (Netto, 2017, p. 160). A emergência dessa vertente ocorreu no campo universitário<sup>52</sup>, na primeira metade dos anos de 1970, e permaneceu limitada a este espaço até o período de transição para a década de 1980<sup>53</sup>, se expandindo para os debates e organismos da categoria profissional de assistentes sociais. Essa ampliação se articula justamente ao cenário observado no tópico anterior, marcado pela crise do regime ditatorial e pelo protagonismo político da classe trabalhadora.

Desse modo, o desenvolvimento e a expansão da perspectiva em questão se vincula ao panorama nacional, tanto pela aproximação dos/as assistentes sociais com a classe trabalhadora, quanto pelo ambiente de efervescência política no campo universitário, assim como se articula ao cenário sociopolítico e ideológico observado no país durante o início da década de 1980,

<sup>50</sup> “Esta explícita valorização das dimensões teóricas, estranha ao quadro do tradicionalismo profissional, desenvolve-se com uma reiterada crítica aos substratos que o Serviço Social historicamente recolheu das ciências sociais; estamos defrontados, aqui, com um dos pontos fortes desta perspectiva: a recusa dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista” (Netto, 2017, p. 199).

<sup>51</sup> “[...] até então inusual no desenvolvimento do Serviço Social em nosso país” (Netto, 2017, p. 202)

<sup>52</sup> Netto (2017) pontua que a intenção de ruptura, dentre as demais vertentes, é a que mais se relaciona com o campo universitário, e isso se expressa na sua configuração “[...] primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês” (p. 238), vinculada à possibilidade de “[...] interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas” (p. 238).

<sup>53</sup> Dado seu caráter oposto ao regime ditatorial, que estava presente em suas formulações, conforme destaca Netto (2017).

que, segundo Netto (2017, p. 163), incentivou a participação de “[...] amplos contingentes das novas camadas médias urbanas, com destaque para seus setores técnicos”. Em síntese, o processo de efervescência popular contra a Ditadura e em direção a uma sociedade democrática influenciou a reflexão do posicionamento profissional do Serviço Social com relação ao direcionamento social de sua atuação.

O debate a respeito da intenção de ruptura com as marcas conservadoras da profissão visava obter novos fundamentos para a atuação profissional, a partir do entendimento da contradição que permeia a ação do/da assistente social e de uma conduta permeada pela compreensão do papel político dessa, localizada no contexto de luta de classes (Castro; Toledo, 2011). Ademais, é nesse plano que se percebe a aproximação dos debates à tradição marxista, que, conforme Iamamoto (1998 *apud* Castro; Toledo, 2011), se deu principalmente a partir da teoria social crítica desenvolvida por Marx. Netto (2005) atenta para o fato de que esta vertente se configura herdeira do espírito do Movimento de Reconceituação<sup>54</sup>, dado seu resgate à crítica ao tradicionalismo, partindo dos avanços realizados pela Reconceituação, objetivando, desse modo, um Serviço Social alinhado aos “[...] interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais, investindo fortemente na pesquisa” (Netto, 2005, p. 18).

Foi essa a perspectiva do processo de renovação que ganhou destaque no direcionamento dos debates profissionais a partir de meados da década de 1980 (Netto, 2017), e isso se expressou já em setembro de 1979, com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, que representou uma “[...] expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides, 2016, p. 465).

De acordo com Netto (2009), a realização deste Congresso direcionou ao quadro político as tendências democráticas que estavam reprimidas no campo profissional. Ademais, o III CBAS marca o rompimento com o ambiente conservador das instâncias e fóruns do Serviço Social no Brasil<sup>55</sup>, visto que na execução do referido marco observa-se o posicionamento oposto do Serviço Social ao regime autocrático, demonstrando o seguinte cenário:

---

<sup>54</sup> Conforme citado no tópico 2.3.

<sup>55</sup> “Neste aspecto, o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional. O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura” (Netto, 2009, p. 30).

[...] como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão (Netto, 2009, p. 35).

Dentre os aspectos decisivos da intenção de ruptura, Abramides (2016) destaca as lutas empreendidas pelo movimento estudantil do Serviço Social, que, no contexto de redemocratização<sup>56</sup>, participou de maneira expressiva da luta pela anistia e pelo fim do regime autocrático, dentre outras reivindicações associadas às lutas sociais.

Outro ponto de destaque se refere à organização sindical dos/das assistentes sociais, inserida no movimento de expansão desses posicionamentos, influenciada pelo plano de protagonismo da organização sindical da classe trabalhadora mencionado anteriormente. Nesse contexto, observa-se a retomada dos sindicatos e das associações pré-sindicais<sup>57</sup>. Foi nesse cenário que ocorreu a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), em 1979, e da Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas)<sup>58</sup>, em 1983, o que aponta o desenvolvimento do processo de reorganização política e sindical dos/das assistentes sociais no Brasil.

Segundo Abramides e Cabral (2009), dentre as principais pautas de lutas vinculadas à categoria profissional evidenciaram-se, na década de 1980, as reivindicações associadas às condições de trabalho, aos salários, à carga horária e às áreas de atuação. Para além dessas pautas, destacou-se a inserção da categoria profissional no âmbito das reivindicações sindicais gerais da classe trabalhadora<sup>59</sup>.

Ademais, é inserido nesse cenário que se inicia o debate a respeito de uma formação profissional alinhada às requisições postas ao Serviço Social na conjuntura brasileira, marcada pelas questões citadas anteriormente. Em 1979, tais direcionamentos receberam aprovação na

<sup>56</sup> Ademais, é necessário demarcar que no período anterior, mais especificamente entre 1969 e 1977, após o AI-5 “[...] ocorreram prisões, desaparecimentos, torturas, assassinatos, exílios, cerceamento das entidades sindicais, estudantis e populares. Muitos estudantes e assistentes sociais viveram na clandestinidade, foram exilados, presos, torturados” (Abramides, 2016, p. 462).

<sup>57</sup> Participando de movimentos como: “[...] reorganização do movimento sindical classista e atuou junto aos movimentos populares sobre o custo de vida, contra a carestia, pelo SUS (Sistema Único de Saúde), feminista, de luta por creches, moradia, estudantil, negro unificado, além do apoio e solidariedade às lutas dos trabalhadores sem-terra, quilombolas e indígenas” (Abramides, 2016, p. 464).

<sup>58</sup> A CENEAS acompanhou o processo de construção do currículo mínimo de 1982, a Anas contribuiu no debate e desenvolvimento do Código de Ética Profissional de 1982 e na organização dos servidores públicos, visto que, até a promulgação da Constituição de 1988, a organização dos servidores em sindicatos não era permitida (Abramides; Cabral, 2009).

<sup>59</sup> “[...] as entidades sindicais da categoria profissional atuaram diretamente na organização dos trabalhadores em serviço público e junto com outros sindicatos de categorias, como médicos, enfermeiros, sociólogos, psicólogos. Participaram ativamente de campanhas salariais e greves nesse ramo de atividade. No período de 1977 a 1988, os sindicatos de categorias profissionais tiveram um papel fundamental na luta dos trabalhadores em serviço público” (Abramides, 2016, p. 464).

XXI Convenção Nacional Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess), com a “Proposta de reformulação do currículo mínimo”. Posteriormente, a referida proposta foi enviada, em 1980, para o Conselho Federal de Educação (CFE), e em 1982 o novo currículo mínimo foi aprovado. De acordo com Abramides e Cabral (2009, p. 70), este currículo promoveu o rompimento com a formação de caráter tradicional, significando avanços na “[...] adoção do legado marxiano e da tradição marxista, com referência teórico-metodológica no projeto de formação profissional”. Além disso, Castro e Toledo (2011) demarcam a atenção ao debate pautado pela pluralidade e o ingresso ao campo investigativo como avanços desse currículo<sup>60</sup>.

Também na década de 1980, ocorre uma virada na perspectiva ética dos/das assistentes sociais, pois houve a revisão e aprovação do novo Código de Ética de 1986, no qual ficava explícito o compromisso da categoria com a classe trabalhadora. Entretanto, havia ainda algumas lacunas no mesmo, como, por exemplo, o “[...] pouco amadurecimento teórico-filosófico que pudesse discernir a dimensão ética da dimensão política da profissão” (Barroco 2001 *apud* Abramides, 2016), o que não o impediu de ser uma importante evolução política no que concerne ao direcionamento do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo (Abramides; Cabral, 2009, p. 70). Desse modo, o Código de 1986<sup>61</sup> significou um relevante instrumento de luta da categoria profissional dos/das assistentes sociais durante o processo de amadurecimento desta na década de 1980.

Isto posto, Behring e Ramos (2009) nos recordam que tanto a regulamentação do Currículo Mínimo em 1982 quanto o desenvolvimento do Código de Ética de 1986 denotam o avanço político e teórico empreendido pela vertente crítica do processo de renovação.

Conforme discorrido nos parágrafos anteriores, a consolidação do mercado nacional de trabalho para assistentes sociais ocorreu durante o regime autocrático, diante das modificações acometidas nessa conjuntura, onde, de acordo com Netto (2017), a ampliação do número de profissionais nesse lastro foi nítida. No que concerne aos anos de 1980, um documento da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), de 1982, informa a existência de 28.264 assistentes sociais no Brasil, enquanto Cornely (1983 *apud*

---

<sup>60</sup> Contudo, isso não o isentou da presença de limitações, vinculadas, de acordo com Castro e Toledo (2011), a contradições e imprecisões em decorrência do embate dos projetos profissionais entre a categoria. Entre as limitações apresentadas pelo currículo, as autoras citam a barreira presente no ensino dos assuntos referentes ao marxismo “[...] que depende de uma base profunda e contínua de estudos que só pode se dar a partir das fontes originais, apropriando-se dos debates e polêmicas mais importantes da fonte marxiana” (p. 22).

<sup>61</sup> Identificamos, em uma das atas de reunião da diretoria do Cras/AL, a ênfase, por parte da presidente do Conselho, eleita em 1987, na necessidade de que a categoria profissional tivesse conhecimento sobre o Novo Código de Ética e que este fosse o instrumento norteador da atuação profissional.

Netto, 2017) aponta a presença de 50 mil profissionais no país em 1983. No entanto, Netto atenta que as informações que indicam ser mais aproximadas do quadro real estão expostas em Heckert (1988), com base nos dados da Anas, registrando a existência de cerca de 40 mil assistentes sociais no país no ano de 1987<sup>62</sup>.

Segundo os dados do Conselho Federal de Assistentes Sociais (Cfas), expostos em Martinelli (2000), entre o período de 1983 e 1988, o número de assistentes sociais que se inscreveram nos Conselhos Regionais foi de mais de 54.000. Todavia, Martinelli (2000) ressalta a concentração de profissionais em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ), questão relacionada, segundo a autora, à existência de “[...] maiores oportunidades de absorção da mão-de-obra especializada” (p. 148) nesses locais. Essa concentração pode ser observada no número de profissionais inscritos/as no Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), a partir dos dados disponibilizados pelo Cfas, em 07 de junho de 1988, apresentados por Martinelli (2000). De acordo com essas informações, o número de profissionais inscritos/as no Cras do RJ era de 10.200 e de 22.000 em SP.

A expressividade desses números se mostra com nitidez quando observamos a quantidade de profissionais inscritos/as nos Cras das outras localidades do país: Belém, Pará (PA) (1.200); São Luís do Maranhão (MA) (1.238); Fortaleza, Ceará (CE) (1.375); Recife, Pernambuco (PE) (2.303); Salvador, Bahia (BA) (1.789); Belo Horizonte, Minas Gerais (MG) (2.746); Brasília, Distrito Federal (DF) (1.250); Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS) (1.995); Curitiba, Paraná (PR) (1.565); Florianópolis, Santa Catarina (SC) (1.018); João Pessoa, Paraíba (PB) (1.169); Natal, Rio Grande do Norte (RN) (830); Manaus, Amazonas (AM) (985); Maceió, Alagoas (AL) (741); Vitória, Espírito Santo (ES) (788); Aracaju, Sergipe (SE) (619), Goiânia, Goiás (GO) (901), Cuiabá, Mato Grosso (MT) (914). Ao todo, no período em que os dados foram disponibilizados, existiam 54.626 assistentes sociais inscritos/as nos Cras, 32.200 destes/as concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto 22.426 distribuídos/as pelas demais regiões do país.

Pudemos perceber, no que se refere aos anos de 1980, o cenário nacional marcado por uma crise econômica, cujas consequências se estenderam para o mercado de trabalho nacional, promovendo, por exemplo, a ampliação do desemprego. Por conseguinte, Netto (2017), ao se referir ao panorama do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais nos primeiros anos de

---

<sup>62</sup> Além disso, Netto (2017), chama atenção para o peso da categoria de assistentes sociais com relação ao continente Latino-americano, dado que, de acordo com os dados da *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (Alaets), existiam “[...] em 1988 [...] cerca de 70 mil profissionais, 3 mil professores e mais de 100 mil estudantes de Serviço Social” (Lopes, 1989, p. 47 *apud* Netto, 2017, p. 287).

1980, menciona que: “[...] a expansão é referida apenas para o ciclo autocrático burguês; já entrados os anos 1980, a crise econômico-social legada pela ditadura parecia indicar uma saturação, ainda que conjuntural, no mercado de trabalho [...]” (p. 287-288).

Destarte, o indicativo de saturação do mercado de trabalho estaria vinculado à conjuntura brasileira nos anos de 1980. Outrossim, vejamos o que as demais referências discorrem sobre a temática.

De acordo com Bonetti, Carvalho e Iamamoto (1984), no contexto pós “milagre” econômico, a universidade no Brasil teria se configurado formadora de um “exército intelectual de reserva” para o mercado de trabalho, questão observada na expressiva massa de profissionais liberais sem inserção neste mercado, desenvolvendo, desse modo, um “[...] ‘proletariado acadêmico’ que exerce funções desconexas com a formação acadêmica recebida e, sobretudo, um lumpem que se coloca completamente à margem do mercado de trabalho” (p. 113).

Nesse sentido, é necessário destacar algumas questões referentes à política educacional brasileira, estabelecida a partir de 1960, que, segundo Bonetti, Carvalho e Iamamoto (1984), esteve fundamentada no objetivo de racionalização de recursos, destinada ao alinhamento do ensino aos interesses de desenvolvimento do país. Nesse período observa-se a ampliação do ensino superior no Brasil, que se deu, em sua maioria, a partir da institucionalização do campo privado. Ademais, as autoras destacam que:

[...] no bojo desta política educacional, a Universidade brasileira é, então, aprisionada aos limites de uma Reforma Universitária de cunho conservador, que busca canalizar as alterações qualitativas inevitáveis em um sentido puramente técnico (Bonetti; Carvalho; Iamamoto, 1984, p. 112).

No que concerne ao saldo de tais modificações para o processo de formação profissional no campo do Serviço Social, Pinto (1986, p. 102) destaca:

O aumento do número de escolas em um período relativamente curto, e considerando-se a popularização do ensino superior, fez com que surgissem as “empresas” deste ensino. A relação professor/aluno tornou-se muito difícil para um trabalho crítico de formação profissional, ocasionando uma queda acentuada na qualidade deste ensino. Uma formação profissional inadequada, consequência da queda da qualidade do ensino superior e do Serviço Social, pode ser compreendida, também, como reflexo das deficiências do ensino de 1.º e 2.º graus e pelo despreparo do pessoal docente, vítima da mesma política educacional.

Portanto, é a partir disso que Bonetti, Carvalho e Iamamoto (1984) observam, no bojo da categoria profissional dos/as assistentes sociais, o desenvolvimento de um “exército intelectual de reserva”, devido a não inserção destes/as no mercado de trabalho ou a sua

localização em subempregos, executando funções não associadas ao processo de formação. Com relação a isso, Pinto (1986) aponta que o processo de ampliação<sup>63</sup> do quantitativo de assistentes sociais no Brasil teria promovido o risco de saturação do mercado de trabalho, a diminuição salarial e “[...] a divergência acentuada entre segmentos da categoria” (p. 105).

Referente à depreciação do salário dos/as assistentes sociais, Pinto (1986) a destaca como aspecto característico da oferta de empregos para os/as profissionais naquele período. A questão estaria vinculada também à inexistência de um piso salarial para a categoria, tópico posto em pauta no jornal do IV Cras, que denota a preocupação da categoria em torno deste debate: “[...] a questão salarial é um fator de aproximação e trabalho conjunto de toda a categoria e [...] tem constado da pauta de todos os encontros nacionais de nossas entidades sindicais” (Cras, [s.d.], p. 3 *apud* Pinto, 1986, p. 106).

No tocante a este assunto, localizamos a discussão referente à temática em pesquisa realizada pela Ceneas em 1982 acerca do Salário-Mínimo Profissional da categoria. Dentre os objetivos da pesquisa estavam tanto a definição de um salário-mínimo profissional, quanto a busca por uma “[...] argumentação política para desenvolver a luta em torno dessa questão” (p. 55). Além de demarcar a atenção da categoria em torno desta reivindicação, a pesquisa proporciona a observação de dados referentes ao mercado de trabalho no início da década de 1980. No entanto, abrange informações apenas sobre os/as assistentes sociais das seguintes regiões: Amazonas, Bahia, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo (Capital, Campinas, Ribeirão Preto e Santos)<sup>64</sup>.

Entre essas localidades, a quantidade de contratação de assistentes sociais se mostrou com maior expressividade entre 1975 e 1980, com 41,3% de admissões, enquanto no período 1980-1982 representam 26,2%, e no entre 1970-1975 aparecem com 17%. Com relação aos empregadores<sup>65</sup>, a área privada obteve maior expressividade, com 30,6%, seguida pelos campos estadual, com 28,1%, e federal, com 20%. Dentre estes/as profissionais, as atividades exercidas e as jornadas de trabalho estavam vinculadas a:

[...] reuniões, visitas, registros, entrevistas e atividades não específicas, tendo sua jornada de trabalho entre 40 e 45 horas e 25% entre 30 e 35 horas. 56,7% dos assistentes sociais têm suas atividades centradas, além das citadas anteriormente, também em planejamento, coordenação e assessoria, estando com sua jornada de

<sup>63</sup> Apesar desta ter sido, na concepção da autora, contributiva para a crítica ao Serviço Social “tradicional”.

<sup>64</sup> Essas regiões foram escolhidas a partir dos seguintes critérios, definidos pela Ceneas: “[...] população profissional empregada; aspectos sócio-econômicos culturais; localização na capital ou interior (centro urbano e meio rural)” (p. 55).

<sup>65</sup> Todavia, Pernambuco apresentou maior índice de empregadores no campo federal, com 39,9%, e foi o único a não apresentar empregador na área municipal (Ceneas, 1982), o que nos leva a refletir sobre as possíveis particularidades do mercado de trabalho em diferentes regiões do país.

trabalho entre 40 e 45 horas e 21,5% entre 30 e 35 horas. As menores porcentagens de atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais aparecem em estudo e pesquisa (p. 61).

No que concerne às condições de trabalho dos/as assistentes sociais envolvidos/as na pesquisa, constatou-se que “[...] 80,9% dispõem de local fixo, 72,2% têm sala própria, 87% dispõem de material necessário para desenvolver seu trabalho e 70,3% contam com pessoal de apoio” (Ceneas, 1982, p. 64). Além disso, 16,1% relataram a presença de particularidades trabalhistas, 23,3% consideraram que trabalhavam em condições insalubres e 11% em condição de periculosidade, outros mencionaram, para além de questões físicas, a existência de aspectos políticos que estariam interferindo “[...] na autonomia de trabalho e há dificuldade de implementação das ideias” (p. 65).

Ademais, o relatório crítico elaborado pelos coordenadores da pesquisa destaca a presença de impasses para a aplicação dos questionários, questões que impossibilitaram a realização das entrevistas com os/as assistentes sociais sorteados/as. Há, entre estas informações, a situação de desemprego (desemprego aberto) e a constatação de profissionais que não estavam exercendo o cargo, por não terem encontrado ou desistido de procurar emprego na área. No total, o quantitativo não pesquisado, devido a variados impasses, foi de 53,9%, e neste quadro, 7,8% estava relacionado aos/as assistentes sociais desempregados/as (desemprego aberto), e 19% referentes àqueles/as que não estavam exercendo seus cargos. Os maiores índices de desemprego estavam concentrados nas seguintes regiões: Ribeirão Preto (26,5%), Santos (13%) e Rio de Janeiro (12,9%). E os maiores números, referentes à categoria não exercendo seus cargos, estavam em: Campinas (44,8%), São Paulo (29,4%) e Santos (24,6%).

Os dados vinculados às condições precárias de trabalho, sejam referentes a questões físicas ou políticas, se articulam à pontuação realizada por Pinto (1986), quando a autora destaca que, devido à crescente demanda por postos de trabalho, observa-se uma intensa concorrência, por vezes permeada por baixos salários, condições precárias de trabalho, subemprego e pela “[...] submissão às pressões do poder e às autoridades públicas e privadas, que impedem o profissional de ousar inovar o seu cotidiano” (p. 107). Em face do exposto, a autora destaca, tendo em vista a presença de posicionamentos ideológicos divergentes no campo da categoria profissional, a substituição de profissionais, devido a ampla disponibilidade de mão de obra<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Pinto (1986) destaca que tal processo era marcado pela desvalorização salarial, onde nota-se, por exemplo, o/a profissional recém-contratado/a recebendo um salário inferior, se comparado ao/à seu/sua antecessor/antecessora.



Essa questão estaria sendo acompanhada pelo impasse referente ao estágio, e, interferindo, de acordo com Pinto (1986), no mercado de trabalho da categoria em alguns momentos, visto que as substituições profissionais estariam ocorrendo também a partir de estagiários/as. Esta questão foi mencionada pela Comissão de Supervisores de Estágio do Cras 9º Região, em 1982, que apontou que tais substituições aconteciam por meio de estagiários/as não remunerados/as, devido a “[...] questões de divergências com as normas institucionais” (*apud* Pinto, 1986, p. 106).

Acerca disso, Silva, escrevendo em 1987, menciona a existência de um conjunto de problemas<sup>67</sup> em torno do estágio associado ao processo de formação dos/as assistentes sociais no Brasil. Dentre eles, menciona a tendência de que estivessem se configurando como “[...] um atrativo setor de fornecimento de mão-de-obra de baixo custo ao mercado de trabalho” (p. 125). Destarte, Silva (1987) descreve o cenário comum nas instituições, onde, para 1 profissional contratado, havia 5 ou 6 estagiários/as.

A expressiva busca por estágios, dada a sua obrigatoriedade no processo de formação, assim como a configuração deste como fonte necessária de renda para os/as estudantes<sup>68</sup>, significava para o mercado de trabalho uma:

[...] atrativa mão-de-obra de um expressivo contingente de estudantes que se caracteriza por: certo grau de escolaridade superior ao da média dos brasileiros; relativa familiaridade com os problemas da área profissional; ausência de certos “vícios” de um profissional, o que permite amoldar o estudante segundo a “filosofia” da instituição; a possibilidade de um desempenho efetivo sob a auréola de proteção que a condição do “estagiário” confere tanto ao próprio estudante quanto parte concedente da oportunidade do estágio curricular (Silva, 1987, p. 126).

Por conseguinte, estes representavam tanto menor custo com a mão de obra, quanto a possibilidade de alinhar a atuação destes à lógica da instituição, significando uma forma mais fácil e menos custosa de reposição da força de trabalho<sup>69</sup>.

Além do mais, constata-se, a partir de Pinto (1986), amplo número de assistentes sociais formados/as que, ao não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, permaneciam

<sup>67</sup> Os outros aspectos mencionados foram: “[...] a questão da relação teoria-prática; a precariedade da supervisão; [...] a questão dos convênios e termos de compromisso de estágio entre as unidades de ensino e as unidades que concedem vagas; e as dificuldades das unidades de ensino em acompanhar de modo sistemático as ações que se desenvolvem nos estágios” (Silva, 1987, p. 125).

<sup>68</sup> “No âmbito do Serviço Social os estágios adquirem crescentemente o caráter de emprego para o estagiário. [...] configurando um emprego do qual o estudante precisa até como fonte de renda para pagamento das mensalidades escolares, ainda que se trate, formalmente, de um estágio” (Silva, 1987, p. 28).

<sup>69</sup> Silva (1987) pontua que, apesar de não existir expressiva mobilização com relação a essa problemática, havia debates em torno da questão e de uma preocupação vinculada, principalmente, às instituições de ensino, onde era “[...] crescente o seu esforço em ampliar a discussão, de modo a comprometer os supervisores de estágio no seu equacionamento” (p. 137).

vinculados a atividades desvinculadas do processo de formação, e isso, segundo a autora, era fato comum no campo do Serviço Social:

Os estudantes permanecem em seus antigos empregos, ou porque não existe emprego ou porque podem receber salários melhores do que como assistentes sociais. Por exemplo: é mais vantajoso, em termos financeiros, trabalhar na rede bancária do que em uma instituição social particular, que sobrevive, na maioria das vezes, em precárias condições financeiras, oferecendo ao assistente social um salário irrisório (Pinto, 1986, p. 17).

Desse modo, as informações expostas acima apresentam um cenário no qual, apesar da ampliação de assistentes sociais, observada ao longo do período autocrático, a conjuntura nacional, marcada pela crise socioeconômica, exibe um mercado permeado pelo desemprego, assim como pela depreciação dos salários, tendo em vista também a inexistência de piso salarial para a categoria. Soma-se a isso, a concorrência entre os/as assistentes sociais no campo do mercado de trabalho, atravessada tanto por baixos salários, quanto por questões referentes aos tensionamentos políticos presentes no campo institucional, mencionadas na pesquisa da Ceneas e por Pinto (1986). Nesse contexto, acrescenta-se ainda os impasses referentes aos estágios, que aparecem enquanto opção de mão de obra mais barata, acompanhada da possibilidade de alinhar os/as novos/as ingressantes aos interesses institucionais. Por conseguinte, verifica-se a opção de alguns/algumas profissionais pela permanência em seus antigos empregos ou em áreas com mais opções de trabalho e melhores salários.

No que diz respeito ao Serviço Social no Nordeste, o período de transição para a década de 1980 apresenta o seguinte panorama, exposto por Silveira Jr.:

[...] corresponde a um marco importante do processo de equalização do Serviço Social no Nordeste com as tendência de busca de ruptura com o tradicionalismo no interior da renovação profissional: as organizações profissionais demonstram uma politização de suas ações, ao lado da rearticulação progressiva do movimento estudantil, voltando-se, ambos, para a adesão às lutas dos trabalhadores e as mobilizações em torno da afirmação da democracia política no país e aos movimentos pela defesa e consolidação de direitos sociais (2022, p. 85-86).

Em Alagoas, as referências bibliográficas e documentais consultadas indicam determinada vinculação ao plano descrito acima.

Nos anos de 1980, ocorreu a emergência de duas importantes entidades organizacionais da categoria profissional de assistentes sociais em Alagoas: o Conselho Regional de Assistentes

Sociais de Alagoas (Cras/AL)<sup>70</sup> e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas (Saseal).

Quanto à criação do Cras/AL, esta ocorreu a partir da desvinculação da categoria profissional do estado da jurisdição de Pernambuco. O episódio foi registrado no Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEAL), na edição nº 80, de maio de 1983, onde há o informe sobre uma Assembleia Geral que seria realizada em maio de 1983, destinada à discussão sobre o desmembramento da Delegacia Seccional do Cras 4ª Região, de Pernambuco, e para a indicação de nomes para a diretoria do Conselho a ser desenvolvido em Alagoas<sup>71</sup>.

Com relação ao Saseal, sua fundação ocorreu em 1985, a partir do processo de transformação da Apasal<sup>72</sup> em entidade sindical. De acordo com Couto, França e Rêgo (2003), as primeiras iniciativas direcionadas à transição da Associação para o Sindicato deu-se a partir de 1982, conforme exposto no Boletim da Apasal: “[...] a transformação da APASAL em sindicato dará mais força às nossas reivindicações específicas e fortalecerá nossa voz no seio do movimento sindical” (1982; p. 2 *apud* Couto; França; Rêgo, 2003, p. 19). Questão que se vincula ao que fora destacado por Silveira Jr. (2022), de que, no Nordeste, assim como nas outras localidades do país, as entidades sindicais de assistentes sociais passam a se desenvolver ou se reorganizar no decorrer da década de 1980.

Esse processo pôde ser observado também na edição 110, de junho de 1983, do DOEAL, onde fora mencionada a convocação dos/as assistentes sociais de Alagoas para uma Assembleia Geral Extraordinária, promovida pela Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Alagoas (Apasal), designada para discussão da proposta de transformação desta Associação em Sindicato. Por conseguinte, Couto, França e Rêgo (2003) destacam que, em setembro de 1984, os/as assistentes sociais do estado decidiram pela concretização da proposta de desenvolvimento do Sindicato durante uma Assembleia Geral Extraordinária. Na oportunidade, uma diretoria provisória foi eleita, direcionada ao desenvolvimento das eleições para a diretoria efetiva. Ademais, a fundação do Saseal ocorreu apenas no ano seguinte, em 1985, dadas questões relacionadas aos trâmites legais deste processo (Alves *et al.* 1991, p. 54 *apud* Couto; França; Rêgo, 2003, p. 20).

<sup>70</sup> Atualmente denominado Conselho Regional de Serviço Social (Cress/AL).

<sup>71</sup> As informações expostas nas atas de reuniões do Cras/AL denotam a atuação deste. Em 1984, a ata de 14 de julho discorre sobre a explanação a respeito do exercício do Conselho, efetuada por assistente social convidada para esta finalidade. Na mesma reunião, dúvidas foram elucidadas e orientações foram realizadas junto aos conselheiros acerca da atuação direcionada aos interesses profissionais da categoria e da classe, para que os Conselhos representassem não apenas órgãos fiscalizadores, mas também de interpretação, orientação e disciplina.

<sup>72</sup> A Apasal foi criada em 1966, tendo o objetivo de “coordenar, estudar e defender os interesses profissionais da categoria” (Apasal, 1966, *apud* Couto; França; Rêgo, 2003, p. 18).

Outras pautas discutidas pelo Sindicato, segundo Couto, França e Rêgo (2003), estavam relacionadas à realização de concursos públicos para todos os setores, defesa de adicionais de insalubridade, interiorização e periculosidade, o desenvolvimento de núcleos nas áreas de atuação, assim como o suporte ao processo de transformação da Anas em Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Além disso, as autoras destacam os debates promovidos pelo Saseal na Semana do Assistente Social, em 1986, onde foram iniciadas discussões referentes ao “[...] sindicato por ramo de atividade, que teve como tema ‘Perspectivas do Movimento Sindical’” (p. 23). Nesse mesmo encontro, foram desenvolvidos debates associados a:

[...] Organização Política da/o Assistente Social; A Conjuntura Nacional e as Transformações no Mundo do Trabalho, A Estrutura Sindical Brasileira no Contexto Neoliberal e o Panorama Atual dos Sindicatos dos Assistentes Sociais em Funcionamento no País (Couto; França; Rêgo, 2003, p. 33).

Ademais, Couto, França e Rêgo (2003) pontuam que tais pautas se colocaram em um plano de necessidade de elucidar aos/às assistentes sociais o novo cenário vivenciado por estes/as, onde, em Alagoas, localizava-se uma crise “[...] financeira, econômica e social” (p. 33), tendo como governante do estado Divaldo Suruagy, questão abordada no subitem 3.1 deste trabalho.

Acerca da politização das organizações e entidades profissionais da categoria em Alagoas, localizamos, em documento do Ministério das Comunicações, disponível no *site* do Arquivo Nacional, a informação da realização de palestra sobre o movimento sindical no país, ministrada na Semana do Assistente Social de 1983, promovida pela Apasal, em Maceió. A palestra, referente ao Movimento Sindical no Brasil e a participação dos/as assistentes sociais, teve como palestrantes Sérgio Barroso, membro representante da comissão Pró Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Além disso, a programação do evento expõe ainda a realização de homenagem aos trabalhadores/as do Brasil, uma palestra sobre a “crise brasileira”, um painel sobre os movimentos populares e uma Assembleia Geral para a categoria, tendo como pauta a transformação da Apasal em Sindicato.

Outro documento, também disponível no *site* do Arquivo Nacional, registra a promoção de um Seminário sobre a Constituinte, no qual o Saseal esteve entre as entidades promotoras do evento<sup>73</sup>. Realizado em 1985, o Seminário promoveu discussões sobre a necessidade da Lei de Segurança, defesa da Constituição e críticas ao regime ditatorial e a José Sarney.

<sup>73</sup> As outras entidades foram: Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos (SADDH), Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Alagoas (OAB/AL), Federação das Associações de Moradores de Bairros de

Adiciona-se a isso a discussão realizada no 2º Congresso Estadual de Assistentes Social, em 1989, que versou sobre a “Organização Sindical dos Trabalhadores na Nova Constituição” (Couto; França; Rêgo, 2003, p. 24), haja vista essas questões indicam o envolvimento das entidades estaduais da categoria em pautas associadas às reivindicações populares, presentes no plano dos anos de 1980.

No cenário referente ao Movimento Estudantil, Silva (2008) destaca que, entre 1983 e 1986, o Diretório Acadêmico Arthur Ramos de Serviço Social esteve envolvido, promovendo debates sobre estágios, currículo e reivindicações referentes às eleições diretas para a Coordenação do Curso de Serviço Social. As outras pautas estudantis estavam relacionadas à:

[...] remuneração dos estágios curriculares, participação na escolha dos campos de estágio; reconhecimento do estágio extracurricular: reformulação do currículo; garantir que as matérias já cursadas e aprovadas constassem no histórico; contra o jubileamento de estudantes; garantir que as matérias feitas em outro curso ou escola, que fizessem parte do currículo, fossem dispensadas; apoio às lutas dos estudantes por parte da Coordenação de Curso; biblioteca atualizada; contra a insegurança no campus; reforma universitária, contra a privatização do ensino; entre outras (Silva, 2008, p. 79).

Dentre as conquistas alcançadas pela organização dos estudantes, Silva (2008) destaca a transferência do curso de Serviço Social na Ufal para o turno da manhã, que anteriormente localizava-se no vespertino. Soma-se a isso a presença destes/as estudantes em mobilizações associadas à escassez de verbas direcionadas à Ufal, visto que isso teria estabelecido uma crise na instituição, devido ao panorama de crise no país. Além disso, a autora atenta para a participação do movimento estudantil de Serviço Social do estado nas mobilizações associadas ao movimento “Diretas Já”, assim como destaca a interação do Diretório Acadêmico com a Apasal, a partir de debates referentes à formação profissional.

Com relação à formação acadêmica, nota-se, nos anos de 1980, o vínculo do curso de Serviço Social da Ufal à Abess, a partir de expressiva participação no processo de revisão do currículo da formação da profissão no país. O Departamento de Serviço Social da Ufal promoveu variadas discussões sobre sua dimensão teórica e política, associadas à intenção de ruptura com as bases conservadoras da profissão, a partir de uma aproximação ao marxismo (Amaral, Alcântara, Souza, 2017).

---

Alagoas, Associação dos Professores de Alagoas (Apal), União Das Mulheres de Maceió (Umma), Sindicato dos Médicos/AL, Sindicato dos Jornalistas Profissionais/AL, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão/AL, Sindicato dos Engenheiros/AL e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários/AL.

Em vista disso, em 1984<sup>74</sup>, realizou-se, no âmbito do Departamento de Serviço Social, um curso *lato-sensu* de Metodologia do Serviço Social<sup>75</sup>, considerado a primeira iniciativa da pós-graduação do Serviço Social em Alagoas. O curso se apresentou como resposta às necessidades de qualificação dos/as docentes, assim como dos/as supervisores/as de estágio, representando, desse modo, a preocupação do Departamento com a formação continuada dos/as professores/as e dos/as profissionais graduados/as (Amaral, Alcântara, Souza, 2017). Nesse sentido, Amaral, Souza e Trindade (2021, p. 108) denotam que a realização desse curso demonstrou o avanço do curso de Serviço Social na Ufal, devido à “[...] apropriação do marxismo, revelado na estruturação da matriz curricular, consolidando a laicização profissional”.

Desse modo, percebe-se o alinhamento das informações localizadas em Alagoas com as àquelas expostas quando mencionado o panorama profissional no território nacional. Visto que foi possível observar a organização profissional no estado, por meio da criação do Saseal e Cras/AL, notando-se também o envolvimento da Apasal e, posteriormente, do Saseal, em pautas referentes às reivindicações populares. Assim como a participação do Movimento Estudantil em mobilizações associadas às questões vinculadas tanto à formação profissional, quanto às pautas de requisições nacionais, a exemplo da luta pelas eleições diretas para presidente do Brasil. Além disso, nota-se a vinculação, no âmbito da graduação, aos avanços da vertente crítica do processo de renovação do Serviço Social.

### **3.3 Alguns dados históricos sobre o mercado de trabalho para os/as assistentes sociais em Alagoas nos anos de 1980**

Nesse subitem apresentamos uma reconstituição histórica de dados sobre o mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas, possibilitada através de pesquisa documental em fontes como Atas manuscritas das reuniões da diretoria do Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras/AL) e nos *sites* do Diário Oficial do Estado de Alagoas e do Arquivo Nacional, bem como através de pesquisa bibliográfica sobre a profissão na década de 1980.

<sup>74</sup> O curso foi realizado de 1984 a 1986, ofertou 30 vagas e teve 21 concluintes (Amaral, Alcântara, Souza, 2017).

<sup>75</sup> Os professores do curso e as disciplinas ofertadas foram: “Ivo Tonet — Filosofia (UFAL); Norma Cristina Brasil Cassab - Economia Política (PUC-SP); José Chasin – Formação Social, Política e Econômica do Brasil (UFPB); Salomão Almeida Barros - Sociologia (UFAL); Severina Lins de Abreu – Antropologia (UFAL); Marta Silva Campos — Política Social (PUC-SP); Marilda Vilela Iamamoto — Teoria do Serviço Social (UFRJ); Maria Julieta Costa Calazans — Pesquisa em Serviço Social (FGV-RJ); Ivandro da Costa Sales — Desenvolvimento de Comunidade (UFPE); José Paulo Netto — Metodologia do Serviço Social (PUC-SP); Maria Nilce de Mendonça Pinto — Metodologia do Ensino Superior (UFAL)” (Amaral; Alcântara; Souza, 2017, p. 174).

Iniciamos com alguns dados referentes ao mercado de trabalho em Alagoas para os/as assistentes sociais da região, no período inicial da década de 1980, localizados na pesquisa “Funções sócio-institucionais do Serviço Social no Nordeste” (Weisshaupt, 1985), realizada entre os anos de 1978 a 1982, na qual foram observadas 515 organizações por setores institucionais no Nordeste e 2.649 assistentes sociais distribuídos/as entre elas. Esta pesquisa foi motivada pela identificação de conflitos entre os planos de ensino dos cursos de graduação em Serviço Social e as demandas inerentes à prática profissional, bem como por avaliações profissionais que destacavam desassociação entre o “[...] discurso escolar e a prática desenvolvida pelo assistente social no mercado de trabalho” (Weisshaupt, 1985, p. 21). Desse modo, os envolvidos na pesquisa perceberam a necessidade de analisar as ações realizadas pelos/as assistentes sociais e os novos aspectos emergentes da prática, a exemplo da:

[...] centralização político-administrativa, o fortalecimento do planejamento como instrumento de governo, o crescente controle estatal sobre a prestação de serviço, etc.; enfim, um conjunto de características de determinada conjuntura histórica que podem constituir determinantes institucionais do discurso e/ou na prática do Serviço Social (Weisshaupt, 1985, p. 21).

Além disso, a realização desta pesquisa indica a interação entre as unidades de formação do Serviço Social no Nordeste, visto que a referida pesquisa se constituiu a partir de debates que estavam ocorrendo nesta região, a exemplo da discussão verificada no IX Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, Região Nordeste (Abess/NE), em 1977, assim como no encontro realizado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, onde compareceram representantes das Universidades Federais de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e da Fundação Universidade Federal de Sergipe, também em 1977 (Weisshaupt, 1985). Ademais, Silveira Jr. (2022), ao discorrer sobre esta produção, salienta sua configuração como uma expressão, a partir de seu direcionamento teórico, da busca pela compreensão da realidade institucional por meio de uma análise da “[...] sociedade de classes, da exploração e dominação, das contradições e relações de hegemonia” (p. 67), denotando determinado vínculo com a vertente de intenção de ruptura do processo de renovação profissional.

O primeiro dado exposto na pesquisa refere-se à quantidade de organizações por setores institucionais. Em Alagoas, o quadro geral de amostragem da pesquisa expõe 33 instituições cadastradas, representando 6,4% do quantitativo da região nordestina, dentre as quais 15 foram pesquisadas. Entre essas instituições, o campo estadual apresentou a maior porcentagem, com 11 organizações, seguido do campo privado, com 10 instituições, os demais números apontaram

o seguinte quadro: 6 organizações situadas no âmbito federal, 4 nas empresas de economia mista e 2 no campo municipal. Nesses setores, foram identificados/as 238 assistentes sociais, significando 9% do percentual total da região Nordeste, entre esses, 50,4% estavam inseridos/as no campo estadual; 24,4% na área federal; 9,2% no setor privado; 8,4% no campo municipal e 7,6% nas organizações de economia mista. Este quadro se assemelha à porcentagem total do Nordeste, que demonstra a maior inserção de assistentes sociais em setores institucionais vinculados ao campo estadual, e, em segundo lugar, ao campo federal.

No setor público federal, 77,6% dos/as profissionais se encontravam nos órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, porcentagem que se alinha aos demais estados nordestinos. Além disso, os outros órgãos federais apresentaram a seguinte porcentagem de assistentes sociais em Alagoas: 13,8% nas instituições vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e 8,6% ao Ministério do Interior. No Ministério dos Transportes e Comunicações, da Saúde, Marinha, Agricultura e Secretaria do Planejamento não há registros de inserção.

No campo público estadual, a maior incidência de profissionais se expressou no órgão do poder executivo da educação, com 40,8%, enquanto na área da saúde esse número significou 21,6%, seguido das seguintes áreas: Trabalho e Ação Social (16,6%); Agricultura (7,5%); Transportes (6,6%); Instituto de Previdência (4,2%); e Poder Legislativo e Judiciário (2,5%). Os setores da Justiça, Segurança, Administração, Planejamento e Finanças, Fundação do Menor, Gabinete Civil não apresentaram registros no estado. Ademais, é interessante demarcar que Alagoas foi o estado a apresentar a maior porcentagem de assistentes sociais localizados/as na área da educação, dado que, nos demais estados, os números foram os seguintes: Maranhão (26,2%); Pernambuco (23,2%); Paraíba (7,6%); Rio Grande do Norte (4,4%); Piauí (2,7%); Sergipe (2,5%); Bahia (0%); Ceará (0%).

A respeito da área pública municipal, 50% dos/as assistentes sociais de Alagoas estavam inseridos/as na administração indireta, 40% na administração direta, 10% na previdência municipal e 0% em empresas municipais. No setor privado, 54,5% da categoria estava inserida em instituições vinculadas à saúde, 41% nas empresas patronais, 4,5% nas instituições de beneficência e desenvolvimento comunitário. Por sua vez, nas áreas vinculadas à educação, internatos/abrigos e associações não foram realizados registros. Já nas instituições de economia mista, 100% desses/as profissionais estavam no campo das organizações de distribuição, prestação e administração de serviços. Nas empresas associadas às áreas produtivas, financeiras e comerciais, bem como de desenvolvimento, não há registros.



Ademais, a pesquisa disponibiliza listagem das organizações pesquisadas em cada estado, na região alagoana as organizações foram as seguintes: Auto Viação Progresso Ltda.; Centro Psiquiátrico Judiciário; Centro Social Rural Dom Adélio; Clínica de Repouso Dr. José Lopes; Companhia de Eletricidade de Alagoas; Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas; Escola Técnica Federal de Alagoas; Fundação Educacional de Maceió; Fundação de Saúde de Alagoas; Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; Instituto Nacional de Previdência Social; Legião Brasileira de Assistência; Secretaria Estadual de Negócios de Educação e Cultura; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria (Weisshaupt, 1985).

Desse modo, de acordo com tais informações, nota-se que a maior concentração de assistentes sociais em Alagoas estava nas organizações públicas, visto que entre os/as 238 profissionais constatados/as na pesquisa, 198 estavam distribuídos/as entre o setor público, 22 no campo privado e 18 nas instituições de economia mista. Esse quadro se assemelha às pontuações realizadas por Silveira Jr. (2022), que, ao discorrer sobre esta pesquisa, demarca a concentração da maioria dos cargos em um quadro de poucas instituições empregadoras, a exemplo do Sistema Nacional de Previdência Social (Sinpas), que, inserido no campo público federal, em conjunto com as Secretarias estaduais de Educação, Saúde, Trabalho, Bem-Estar e das Fundações de Assistência e Bem-Estar do Menor, concentrava 50,2% dos empregos da região Nordeste.

Diante disso, o campo público, alocava 76% da categoria profissional, disposta, em sua maioria, nos campos federal e estadual, o que se aproxima do quadro alagoano, onde o setor federal e o estadual concentravam o maior número de profissionais. Por conseguinte, Silveira Jr. (2022), menciona que a maioria dos/as profissionais nordestinos/as estavam inseridos/as nos campos vinculados à previdência, à assistência social, à educação, a empresas privadas ou de economia mista, o que expressa, de acordo com o autor, o caráter centralizador do regimento do mercado de trabalho, e as tendências deste de “[...] modernização e unificação da previdência e da assistência social [...]” (p. 71), assim como a expressividade do caráter industrializador.

Nesse sentido, o incentivo à industrialização no Nordeste, patrocinado principalmente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no contexto autocrático, que promoveu atuação planejada, por meio de companhias e institutos, em conjunto das consequências econômicas advindas da atuação da Petrobras em alguns estados, teria, de acordo com Silveira Jr. (2022), acarretado projetos de desenvolvimento e a absorção da categoria profissional de assistentes sociais nestes.

Dado a isso, apresenta-se a requisição por profissionais no campo das organizações privadas, públicas e de organizações direcionadas tanto ao planejamento quanto ao desenvolvimento econômico e social. Ou seja, a concentração de profissionais alagoanos/as, nas áreas demarcadas se insere no contexto de modernização das organizações associadas à política social, fomentado pelo regime ditatorial, que, desse modo, também teria concentrado os campos de atuação (Silveira Jr., 2022, p. 71).

Ademais, com relação à atuação do Serviço Social no campo da Previdência Social em Alagoas, Coelho (2007) destaca que, em 1977, a partir da criação do Sistema Nacional de Assistência da Previdência Social (Sinpas), promoveram-se alterações neste campo de atuação para os/as assistentes sociais, devido à descentralização de suas ações e à distribuição destas entre o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nesse ínterim, observa-se a retomada de discussões referentes à atuação da categoria no Sinpas, assim como a organização em prol da reconquista do campo de atuação, visto que tais alterações demandaram uma: “[...] nova prática, já que a natureza de suas atividades e a clientela a ser atendida passam a ser diferentes (Araújo, 1984, p. 43). Assim, de atividade-fim passa a ser redefinido como um serviço de natureza complementar” (Coelho, 2007, p. 142).

Cenário que se difere do observado anteriormente, no momento de desenvolvimento do INPS, onde a profissão em Alagoas teria assumido, de acordo com Coelho (2007), uma posição de destaque neste campo, promovendo a ampliação de suas atribuições.

Diante disso, em 1978 ocorre o desenvolvimento do II Plano Básico de Ação do Serviço Social, e, nesse contexto, o Serviço Social começa a atuar de modo integrado com os campos de Benefício e de Perícia Médica do Sinpas. Diante desse quadro, na década de 1980, o Serviço Social em Alagoas, no campo previdenciário, localizava-se em uma única sede da Instituição, atuando no campo de atendimento aos segurados encaminhados pelos Postos de Benefício, desempenhando projetos associados à “[...] Integração com a Perícia Médica e Integração com o Benefício” (Coelho, 2007, p. 143), por meio de atendimentos de caráter individual e em grupo.

Quanto à Assistência Social em Alagoas, dados do Cress 16ª Região apontam, com relação à inserção de assistentes sociais em instituições desta área, o número de 10,79%, no que concerne aos anos de 1980. Percentual que, acerca da década de 1990, apresentou-se em 68,42%, devido ao processo de implementação mais expressivo da descentralização das políticas sociais, derivado da Seguridade Social, estabelecida a partir da Constituição de 1988 (Carvalho, 2007).

Por conseguinte, outras informações referentes ao mercado de trabalho para a profissão, bem como outros aspectos, durante os anos de 1980 em Alagoas, puderam ser localizados nos dados consultados no Diário Oficial do Estado de Alagoas e nas Atas de reuniões da diretoria do Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras 16ª Região - AL). Dentre os elementos observados nessas fontes, localizamos alguns campos de atuação e ações que vinham sendo executadas pelos/as assistentes sociais do estado.

Na edição nº 206 do Diário Oficial, publicada em novembro de 1982, discorre-se sobre a instituição de caráter experimental do Plantão Social, a partir do Decreto nº 5218. O Plantão, associado à Delegacia de Polícia, direcionava-se ao “[...] estudo, diagnóstico e tratamento psicossocial preliminar [...]” (p. 2) dos casos que ultrapassavam as competências da polícia judiciária. Em razão disso, o Art. 39, informa que o funcionamento inicial deste contaria com o suporte de órgãos da administração estadual direta ou indireta, por meio de atividade no campo do Serviço Social.

Em 07 de abril de 1983, o Diário Oficial nº 64 expôs a presença de duas assistentes sociais compondo o “Grupo Especial de Estudos Indigenistas”, em conjunto com um antropólogo e um “indianista”, tendo o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para auxiliar no levantamento dos povos indígenas residentes em Alagoas, assim como de suas condições econômicas, sociais e culturais, e na identificação e análise dos documentos “[...] definidores dos direitos patrimoniais assegurados aos referidos grupos étnicos” (Alagoas, 1983, p. 8).

Em 1983, em visita à instituição “Cidade de Menores Humberto Mendes”, o então governador do estado, Divaldo Suruagy, decidiu transferir profissionais para propiciar maior assistência a esta, que atendia 210 crianças, entre esses profissionais estavam quatro assistentes sociais (Alagoas, 1983b).

Um anexo presente na edição nº 88 do Diário Oficial de Alagoas, de 1985, indica, no quadro de empregos permanentes do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas (Ipaseal), a existência de 11 empregos para o cargo de assistente social no grupo de atividade de administração especializada da instituição. Outro anexo, na edição nº 217, de 1985, referente ao reajuste da lotação geral do quadro de empregos permanentes da Fundação de Saúde e Serviço Social do Estado de Alagoas (Fusal), apresenta, no grupo de Nível Superior Pleno, 45 cargos de assistente social.

Em 1985, o Diário Oficial do Estado de Alagoas nº 177 destacou a presença de um assistente social atuando no Programa Estadual de Alimentação Escolar (Peas), executando as seguintes atividades:

1) Visitar Escolas para manter contatos, entendimentos, participar de reuniões sobre o Programa da Alimentação Escolar; 2) Integrar-se com Assistentes Sociais e outros técnicos existentes nas Escolas visando o melhor funcionamento do PEAS; 3) Participar das reuniões na escola ou na comunidade onde não exista Assistente Social; 4) Estudar formas de integração nas Escolas e Comunidades com a alimentação escolar; 5) Participar da programação de datas comemorativas pelo Programa; 6) Planejar atividades inerentes ao PEAS, juntamente com os demais profissionais da equipe; 7) Elaborar e aprovar projeto de viabilização do melhoramento da alimentação escolar (Alagoas, 1985, p. 10).

Ademais, a edição nº 192 do Diário Oficial do Estado de Alagoas, de outubro de 1985, expõe um pedido da Secretaria de Educação para que fosse concedido Tempo Integral aos/às assistentes sociais da Diretoria de Assistência Educacional do Departamento de Ensino, visto que estes/as atuavam nas seguintes questões:

[...] implantação e implementação do CIP - Centro de Integração de Pais e Associação de Pais e Mestres, como também no contato com a classe empresarial, visando o engajamento dos alunos de 2º grau nas empresas, na qualidade de estagiários, e ainda, o trabalho deveras incessante de organização de grupos sob a orientação dos mesmos [...] (p. 9).

A isso agregam-se registros que indicam a presença de assistentes sociais nas equipes do programa de vacinação com BCG para recém-nascidos (Alagoas, 1986b), no Serviço de Promoção Social e Bem-Estar Comunitário (Alagoas, 1986c), no processo de cadastramento das pessoas que procuravam o governador Suruagy para a resolução de algum impasse (Alagoas, 1983d), no levantamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, localizadas próximas ao Ceasa/AL (Alagoas, 1985e), assim como a inserção de assistentes sociais no conjunto de técnicos do programa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), atuando na socialização de conhecimento de técnicas vinculadas à educação, à nutrição, à saúde e às questões agrícolas para os pequenos produtores (Alagoas, 1986a).

No que concerne aos concursos que continham vagas para o cargo de assistente social na década de 1980 em Alagoas, Amaral, Souza e Trindade (2021) mencionam o concurso da Secretaria de Educação<sup>76</sup>, em 1986; o da Unidade de Emergência Dr. Afrânio Lages/Fundação Governador Lamenha Filho (Funglaf) e o da Secretaria de Saúde e Serviço Social<sup>77</sup>, ambos

<sup>76</sup> A edição nº 118 do Diário Oficial do Estado de Alagoas (1985) aponta a existência de 10 vagas para assistentes sociais (25 horas semanais).

<sup>77</sup> Além disso, Amaral, Souza e Trindade (2021) destacam no programa do concurso da Secretaria de Saúde e Serviço Social (SSSS) expressões da “[...] influência da renovação crítica no universo profissional, desde a revisão curricular de 1984” (p. 108).

realizados em 1987. Acerca disso, os resultados da pesquisa documental contribuem para as informações referentes aos concursos realizados durante os anos de 1980.

Em 1985, a edição nº 118 do Diário Oficial expôs que o governador do estado, Divaldo Suruagy, teria informado que o acesso dos/as profissionais de nível superior ao serviço público ocorreria apenas a partir de concurso público, objetivando, conforme a edição, a democratização do acesso aos grupos de servidores de Alagoas, atendendo, desse modo, às reivindicações das entidades de diversas categorias profissionais. Além disso, expõe-se que nos concursos para psicólogos, economistas e assistentes sociais, os/as candidatos/as sem empregos públicos ganhariam 30 pontos, para proporcionar maior chance de aprovação, medida também aprovada pelos órgãos de classe.

Além disso, os demais dados consultados no Diário Oficial do Estado de Alagoas informam a realização de um concurso de provas e títulos para o preenchimento de vagas de trabalho na Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento do Estado de Alagoas (Casal), que possuía uma vaga para assistente social, em Maceió, no ano de 1984 (Alagoas, 1984b).

Outra questão observada nas informações expostas no Diário Oficial do Estado diz respeito à Lei nº 4.415, que instituiu o incentivo de interiorização aos/as servidores/as no cargo de assistente social — esse incentivo correspondia a um percentual<sup>78</sup> sobre o salário do/a servidor/a atuante no interior do estado. No entanto, a edição nº 132, de 1984, menciona que esta iniciativa já teria sido introduzida, em 1982, para os/as servidores/as médicos/as, cirurgiões e cirurgiãs-dentistas, enfermeiros/as, nutricionistas, farmacêuticos/as e sanitaristas. Além disso, a mesma publicação menciona a finalidade deste incentivo, nas pontuações de Divaldo Suruagy:

[...] Sendo a interiorização das ações de saúde uma das metas prioritárias do meu Governo, é de plena necessidade a integração dos Assistentes Sociais nesse mister. É fenômeno de todo tempo e lugar, em nosso País, a concentração de profissionais de nível superior nos centros urbanos de maior densidade demográfica ou de maior expressão cultural. Não foge o Estado de Alagoas a esse contexto geral, verificando-se, sem esforço, verdadeira aglomeração no Município da Capital, dos recém-saídos das escolas de ensino superior, em prejuízo da contribuição que, como profissionais, poderiam prestar a um desenvolvimento social harmônico e integrado, de cujos benefícios participassem as comunidades interioranas. A vantagem, cujo disciplinamento legal em favor dos Assistentes Sociais se propõe, constituir-se-á em real estímulo a esses profissionais para exercerem as suas atividades no interior do Estado (p. 3).

---

<sup>78</sup> Determinados a partir de critérios referentes à população do município e a distância entre este e a capital do estado.

Ademais, a edição nº 24, de 1989, do Diário Oficial apresenta um episódio de rescisão contratual de diversos servidores/as da Companhia de Habitação Popular de Alagoas (Cohab/AL), entre estes/as 9 assistentes sociais, decisão explicada pelo:

[...] excesso de pessoal existente nos diversos órgãos da Administração e visando adaptar a máquina administrativa às reais necessidades do Estado, atento aos princípios da capacitação profissional, assiduidade, dedicação e eficiência no trabalho [...] (Alagoas, 1989, p. 3).

Outrossim, ao longo das publicações desta fonte, observa-se portarias informando que os/as assistentes sociais estariam dispensados/as<sup>79</sup> de seus pontos, se comprovassem presença em eventos, encontros, congressos etc., vinculados à categoria profissional. Dentre estes, foram citados ao longo das edições consultadas a 3ª Convenção Brasileira de Assistentes Sociais (1980), o IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1982), o I Encontro Latino Americano de Assistentes Sociais (1983), o I Congresso Estadual de Assistentes Sociais de AL (1985) e a III Assembleia Nacional dos Assistentes Sociais (1987).

Acerca das atas de reuniões da diretoria do Cras/AL, percebe-se determinada atenção com relação à atuação dos/as assistentes sociais no campo empresarial. Em 1986 foi realizado, entre 08 e 10 de outubro, o 1º Encontro de Assistentes Sociais de Empresa, e, no ano de 1987, a Ata do dia 14 de julho, menciona a discussão e aprovação de uma reunião com assistentes sociais de empresa para discutir a realização de um encontro ou seminário sobre essa temática. Além disso, o registro da reunião de maio de 1987 pontua a solicitação à Anas de informações ou documentos referentes à profissão no campo empresarial.

Outro tópico de destaque está na atuação do Serviço Social no campo escolar. Quanto a isto, em 22 de julho de 1987, a ata de reunião do Cras/AL comunicou, por meio do Ofício circular da Secretaria da Educação e Cultura, a realização de um Seminário sobre o “Serviço Social e a realidade escolar”, que seria efetuado entre 27 e 31 de julho de 1987. Com relação a este setor, a ata de 29 de julho de 1987 menciona que os/as assistentes sociais da Secretaria da Educação estavam se mobilizando para questionar o tempo integral desde que o impasse continuasse entre os interessados e o Secretário. Diante disso, fora informado que o Saseal iria entrar em contato com o Cras/AL para contatar um advogado e realizar os encaminhamentos necessários.

Ademais, identifica-se, na Ata de 27 de maio, convite para uma reunião de assistentes sociais de todas as usinas de Alagoas no dia 29 de 1987. Quanto a este setor, um documento do

---

<sup>79</sup> Os funcionários estaduais, inclusive autárquicos.

“Ministério da Indústria e do Comércio: Divisão de Segurança e Informações”, disponível no *site* do Arquivo Nacional, registra a realização do II Seminário Nacional de Serviço Social para a Agroindústria da Cana-de-Açúcar, em Maceió, entre 22 e 24 de novembro de 1982. De acordo com o documento, o referido Seminário foi desenvolvido pela Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (Stab) e patrocinado pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas (Asplana), onde ocorreram palestras sobre o “Programa de alimentação de trabalho e o plano de assistência social” e “A associação de empregados e a absorção de excedentes de verbas de assistência social”, entre outras<sup>80</sup>.

Com relação à articulação do Conselho Regional do estado com os espaços ocupacionais e demais entidades da categoria profissional, a Ata de março de 1987 registra a visita do Cras/AL, em conjunto com representante do Saseal, à Cohab, objetivando convidar as assistentes sociais da instituição para participarem do Congresso Estadual de Assistentes Sociais e discutir as funções específicas do Conselho e do Sindicato. Em novembro do mesmo ano, fora sugerida, na reunião do dia 04, uma programação de visitas às instituições, tendo em vista a dinamização do contato entre o Cras/AL e a categoria profissional em seus locais de trabalho.

Em 1989, observa-se a participação das entidades e instituições empregadoras na discussão sobre o complemento do Projeto de Fiscalização do exercício profissional, onde foi informado que seriam enviadas cópias deste e que convocariam uma reunião com D.P.P/Ufal, Saseal, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde/Fusal, LBA e Cohab. Além disso, uma das atas de 1989 destaca o retorno de reuniões entre o grupo de articulação, constituído pelas entidades, instituições e Ufal, que realizavam discussões para sanar dificuldades enfrentadas no processo de formação e na prática profissional, bem como para debater outras questões de interesse do grupo. Em outra reunião, no mesmo ano, destinada à discussão deste projeto, participaram os representantes da Ufal, SSS/Fusal, Saseal, o que denota as iniciativas de articulação entre estes.

No que concerne à organização política e sindical, a Ata de reunião de 1987 destaca a convocação, por parte da vice-presidente do Conselho, para reunião na Assembleia da

---

<sup>80</sup> O documento menciona ainda que a assistente social do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco teria exposto, neste Seminário, uma apresentação audiovisual que mencionava a greve dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco e informações comprometedoras associadas às indústrias canavieiras deste estado, a exemplo do que fora mencionado na publicação da Gazeta de Alagoas, anexada ao referido documento, “[...] com insinuações da prática de desonestidade, notadamente no que se refere ao uso de balanças irregulares para pesagem de canas” (p. s.n.) Diante disso, o Jornal destaca que isto teria promovido incômodo à diretoria da Asplana e à fração do público do evento, visto que o posicionamento da assistente social fora considerado subversivo por estes.

Comissão de Mobilização do Servidor Público, onde seria discutido o pagamento do resíduo não efetuado pelo governador do estado. Em outra ata, referente ao ano de 1989, constata-se a aprovação de contribuição para o fundo da greve, que teria sido solicitado pela comissão de greve dos servidores públicos. Soma-se a isso a participação do Cras/AL, representado pela sua presidente, em encontros do Comitê Popular Pró-Constituinte<sup>81</sup>, em reuniões semanais que estavam ocorrendo na OAB do estado, em 1987.

Por conseguinte, as informações disponíveis nas atas de reuniões do Conselho Regional indicam ainda a interação deste com outras categorias profissionais do estado, expressa, por exemplo, nos seguintes episódios: no convite do Sindicato dos Economistas de Alagoas para participar da IV ENE, na participação do Conselho em reunião promovida pelo Sindicato dos Engenheiros em 1988, para retomada da articulação dos servidores públicos para reivindicar os resíduos, e na participação em uma reunião da Sociedade de Medicina, para discutir sobre o 13º salário, dado o não pagamento da 3ª faixa dos servidores, entre outros assuntos.

Dessa forma, os dados e informações expostos acima indicam aspectos referentes ao mercado de trabalho para a categoria profissional de Alagoas nos anos de 1980, possibilitando localizar alguns dos campos de atuação, bem como das atividades realizadas pelos/as profissionais, impasses perpassados por estes/as, pautas de defesa, atuação das entidades profissionais e a articulação destas com outros grupos profissionais do estado.

---

<sup>81</sup> Que contava com a participação de representantes da CUT, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entre outros (Cras/AL, 1987).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social, buscamos entender o mercado de trabalho dessa profissão em Alagoas nos anos de 1980 no contexto brasileiro de renovação profissional. Partimos do pressuposto de que as transformações societárias promovem modificações no campo do Serviço Social, e buscamos captar o cenário da profissão na conjuntura nacional e na particularidade alagoana, destacando o quadro do mercado de trabalho para a categoria no período demarcado.

No que concerne ao plano da profissão em Alagoas, as referências consultadas e expostas neste estudo demonstraram o alinhamento do Serviço Social alagoano a alguns aspectos observados no campo nacional da profissão, a exemplo de seu processo de reorganização política e sindical, que pôde ser observado a partir da atuação e dos registros das entidades profissionais estaduais, Cras/AL e Apasal/Saseal, assim como do movimento estudantil, os quais estiveram envolvidos na luta em torno de pautas de interesse da classe trabalhadora nacional e em reivindicações associadas à categoria profissional dos/as assistentes sociais.

Adiciona-se aos aspectos de similaridade entre o campo estadual e nacional a localização de expressões, em Alagoas, da vertente de intenção de ruptura do processo de renovação profissional, seja no que tange à organização política ou no que se refere à formação profissional dos/as assistentes sociais no Departamento de Serviço Social da Ufal, onde fora observado, conforme apontamos a partir das referências supracitadas, a presença de debates associados a essa vertente. Ademais, soma-se aos pontos de alinhamento ao quadro nacional a implantação do novo currículo, em 1984, no curso de Serviço Social da Ufal, fundamentado no novo currículo nacional, aprovado em 1982. Ambos os casos registram, em Alagoas, importantes marcos da profissão durante os anos de 1980.

Com relação ao mercado de trabalho para assistentes sociais em Alagoas, identificamos algumas tendências gerais, a partir dos registros históricos acessados nesta pesquisa para o TCC. Encontramos dados sobre Alagoas em pesquisas regionais e nacionais. Diante dessas questões, o cenário alagoano, em 1980, denota algo que já mencionamos ao longo deste trabalho, como a configuração conjuntural promove alterações no campo do mercado de trabalho para assistentes sociais, dado o grau de intervenção estatal e de investimentos deste sobre o campo da política social.

Um ponto em destaque está na temática referente aos concursos públicos para assistentes sociais em 1980, onde fora constatada, a partir das referências consultadas, a realização de alguns concursos com vagas para a categoria profissional no estado, os quais expusemos ao longo do trabalho. Ainda com relação a isso, as informações expostas em edições do Diário Oficial do Estado de Alagoas mencionam tanto questões vinculadas ao acesso do serviço público no estado, apenas por meio de concurso público para cargos de nível superior, quanto o acréscimo de pontos para os/as candidatos destes que não tivessem vínculos públicos e estivessem inscritos/as para vagas de assistente social, psicólogo/a ou economista. Outro aspecto encontrado foi o estabelecimento do incentivo à interiorização dos/as assistentes sociais servidores/as do estado de Alagoas.

Apesar de compreendermos que as informações referentes aos concursos e ao incentivo à interiorização profissional não significam precisamente a concretização de tais iniciativas, eles revelam avanços para a categoria em Alagoas. Recordemos ainda que ambas as questões se encontravam como pautas de debate do Saseal, conforme fora exposto por Couto, França e Rêgo (2003), e, além disso, nos registros do Diário Oficial que discorrem sobre tais episódios, destaca-se que essas iniciativas estavam aprovadas também pelas entidades profissionais da categoria, o que nos leva a refletir sobre a participação e organização dessas entidades em torno destas reivindicações.

Além disso, ainda que não tenhamos identificado nas referências consultadas questões diretamente associadas ao nível de desemprego dos/as assistentes sociais em Alagoas, pudemos localizar alguns impasses enfrentados pela categoria estadual, a partir das informações disponíveis na pesquisa documental, onde se registra a rescisão contratual, no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 1989, de 9 assistentes sociais da Cohab/AL, indicando, por meio da justificativa de alinhamento da máquina administrativa às demandas estatais, alerta para o que viria na década seguinte, devido ao contexto de contrarreforma e ofensiva neoliberal. Se insere, no bojo de impasses, o registro de questões referente ao não pagamento do 13º salário à 3ª faixa dos servidores/as. Tais informações se associam ao observado quando debatemos o cenário de precarização no setor dos serviços públicos, desembocando também no pagamento dos/as servidores/as do estado.

Portanto, além de promoverem o registro e o debate sobre marcos importantes na trajetória histórica do Serviço Social em Alagoas, durante os anos de 1980, os resultados aqui expostos instigam também a reflexão sobre os avanços profissionais da categoria de assistentes sociais, seja no Brasil ou na especificidade alagoana. Contudo, nosso estudo possibilita a constatação de pautas que, debatidas em 1980, persistem nos dias atuais — a exemplo da luta

pelo piso salarial para os/as assistentes sociais, que segue em pauta — por meio da Projeto de Lei nº 1827/2019, que trata sobre o piso salarial para a categoria, para uma jornada de 30 horas semanais — e em tramitação (CFESS, 2024). Ademais, novos desafios se colocam à luz do dia diante do processo de expansão do sistema capitalista, o que denota a necessidade de luta contínua em torno do processo de ruptura contra o conservadorismo no bojo da profissão, bem como da defesa e da organização profissional alinhadas ao que está posto no Projeto Ético-Político do Serviço Social do Brasil, dado que, conforme destacam Abramides e Cabral (2009), “A continuidade desse projeto é um processo constante de lutas, posto que o conservadorismo se reatualiza e a luta pela hegemonia é um processo contínuo em disputa” (p. 78).

Por fim, ressaltamos a necessidade de continuação e aprofundamento da temática aqui estudada, visto que ainda há muito a ser investigado, a exemplo da organização política dos/as assistentes sociais em Alagoas nos anos de 1980, os direcionamentos das vertentes do processo de renovação do Serviço Social no estado, entre outras questões que podem contribuir no resgate e na preservação histórica da profissão em Alagoas, assim como na produção de debates que subsidiem a atuação e a organização profissional em torno de questões atuais, seja em plano nacional ou estadual.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABRAMIDES, M. B. C. A ANAS e sua relação com o projeto profissional alternativo de Serviço Social no Brasil: contribuição ao debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, 1989.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. do S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

AGÊNCIA CENTRAL. **Seminário Nacional da Asplana**. 1982. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/AAA/83030017/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_83030017\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/83030017/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83030017_d0001de0001.pdf). Acesso em: 27 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 118. Maceió, AL. 26 jun. 1985b. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34151&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. de 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 132. Maceió, AL. 13 jul. 1984a. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33960&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 153. Maceió, AL. 12 ago. 1983c. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33734&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 169. Maceió, AL. 03 set. 1983d. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33750&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 177. Maceió, AL. 19 set. 1985c. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34208&page=4&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 192. Maceió, AL. 10 out. 1985d. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34223&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 206, Maceió, AL. 31 out. 1985e. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34237&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 206. Maceió, AL. 05 nov. 1982. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33544&page=2&searchTerm=PLANT%C3%83O>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 206. Maceió, AL. 30 out. 1986c. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34474&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 24, Maceió, AL. 2 fev. 1989. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34999&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 37. Maceió, AL. 25 fev. 1986a. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34314&page=17&searchTerm=> Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 6. Maceió, AL. 09 jan. 1986b. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34284&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 63. Maceió, AL. 31 mar. 1984b. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33891&page=10&searchTerm=>. Acesso em: 02 jan. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 64. Maceió, AL. 07 abr. 1983a. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33646&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 80. Maceió, AL. 30 abr. 1983b. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=33662&page=6&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALAGOAS. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, nº 88. Maceió, AL. 14 mai. 1985a. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/ver-edicao?edition=34134&page=1&searchTerm=>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ALBUQUERQUE, S. R. L. O. de; GUIMARÃES, G. M. Modernização Conservadora e o Primeiro Curso de Psicologia em Alagoas (1970-1980). In: LIMA, A. S.; MACIEL, O (Orgs.). **Ditadura Empresarial-Militar em Alagoas: trabalhadores, poder e cultura** (1964/1988). Goiânia: Phillos Academy, 2024.

ALEXANDRE, T. E. M. **A trajetória política de Arnon de Mello: um cidadão Kane na terra dos Caetés** (1911-1983). 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

ALVES, M. J. dos S. **Mulheres contra o arbítrio: as Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos de AI5**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

AMARAL, M. V. B. A; SOUZA, M. S. **60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: Edufal, 2017.

AMARAL, M. V. B. A; SOUZA, M. S. de.; TRINDADE, R. L. P. Marcos históricos do Serviço Social em Alagoas. *In*: MOTA, A. E.; VIEIRA, A. V.; AMARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social no nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez, 2021.

AMARAL, M. V. B. ALCÂNTARA, N.; SOUZA, R. M. de. Pós-graduação em Serviço Social na UFAL: história, desafios e perspectivas. *In*: AMARAL, M. V. B. A; SOUZA, M. S. (Orgs.). **60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: Edufal, 2017.

ANDRADE, M. A. Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, e25171.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariade/>. Acesso em: 26 de nov. 2024.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez: 1995.

ANTUNES, R. Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 09-26, jul./dez. 2015.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, E. R.; RAMOS, S. R. ABEPSS - O Protagonismo da ABEPSS no Passado e no Presente: 30 anos de lutas. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.

BEZERRA, M. H. “Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo”: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. *In*: OLIVEIRA, T. B. (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba Campina Grande**: EDUEPB, 2015. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

BONETTI, D. A; CARVALHO, A. M. P. de; IAMAMOTO, M. V. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 14, abr. 1984.  
BRASIL. **Relatório da Comissão encarregada de estruturar o Curso de Serviço Social na UFAL**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1972.

BRAVO, M. I. S. **As políticas brasileiras de seguridade social: saúde**. Política Social — Módulo 03. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFE/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BRANDÃO, S. de O. **Serviço Social no Maranhão: re(visitar o passado) res(significar) a memória, re(construir) a história, avançar na luta. XI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** 2023.

CAMPOS, A. M. **O SINDJORNAL e a reorganização do movimento sindical alagoano no contexto do novo sindicalismo (1978-1983).** 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11041>.

CARRERA, G. O.; OLIVEIRA, I. P. F de; CRUZ, A. C de. **Percurso histórico da criação da Escola de Serviço Social da Bahia. In: SILVEIRA Jr., A. A (org.). A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste.** Curitiba: CRV, 2021.

CARVALHO, C. P. de. **Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise.** Maceió: Lumen; Engenho; Edufal, 1993.

CARVALHO, M. H. da S. **O Serviço Social e a Política de Assistência Social na década de 1990. In: PRÉDES, R (Org.). Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2007.

CASTRO, J. A. de C.; RIBEIRO, J. A. C. **As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, M. M. de C.; TOLEDO, S. N. **A reforma curricular do serviço social de 1982 e sua implantação na faculdade de serviço social da universidade federal de Juiz de Fora. Libertas, s.n., 2011.**

COELHO, J. A. de S. **O Serviço Social na Previdência Social Brasileira: aspectos históricos e as particularidades de Alagoas. In: PRÉDES, R (Org.). Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2007.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS (CNEAS). **Salário-mínimo profissional dos assistentes sociais (pesquisa). Serviço Social e Sociedade, n. 10, dez. 1982.**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **PL do Piso Salarial de assistentes sociais avança na Câmara.** CFESS, 24 nov. 2024 Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2175>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (Cras/AL). **Livro de Atas das reuniões da diretoria do CRAS/AL.** 1982-1989.

COSTA, E. F. S da; BARBOSA, M. Q; COSTA, R. A. P. da; TRINDADE, R. P.; VASCONCELOS, T. B. P. **Ensino Superior de Serviço Social em Alagoas: da Escola Padre Anchieta à Universidade Federal de Alagoas (1957-1972). In: AMARAL, M. V. B. A; SOUZA, M. S. (orgs.). 60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional.** Maceió: EDUFAL, 2017.

COSTA, G. M. da; SOUZA, R. M. de (Orgs.). **Curso de serviço social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

COUTO, A. L. M.; FRANCA, V. L. C.; RÊGO, L. M. G. **Resgate Histórico do Movimento Político-Sindical das/dos Assistentes Sociais em Alagoas**. 2003. Monografia de Especialização do Curso Gestão e Controle Social de Políticas Públicas - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003. **Revista do SASEAL**. Ano 5. Maceió: Saseal, 2006.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Revista Soc. Bras. Economia Política**. São Paulo, nº 30, p. 5-18, 2011.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de out. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Abepss). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; Abepss, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. [S.l.:s.e.], 2004. Disponível em: [https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf). Acesso em: 05 de set. de 2024.

LESSA, Sérgio. Trabalho e Reprodução Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Abepss). *et al.* (Orgs.). **Capacitação em serviço social e política social: módulo 2; Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

LIMA, L. B. M.; FÉLIX, T. L. L. O processo sócio-histórico de constituição da pobreza em Alagoas: a complexificação no contexto de crise estrutural. *In*: COSTA, G. M. da; PIMENTEL, E (Orgs.) **Expressões da questão social em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2020.



LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LOPES, W. R. **Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979/1989)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2167>.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo veredas, 2018.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 72, jun. 2012. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 11 jan. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova cultural, 1987.

MEDEIROS, F. A. M. de. **O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, W. da S. Igreja Católica em Alagoas: por uma nova cultura política a partir da base. **VIII Encontro Estadual de História**. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Semana do Assistente Social**. [S.l.]: Ministério das Comunicações, 1983. Disponível em: Acesso em:

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/AAA/83033903/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_83033903\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/83033903/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83033903_d0001de0001.pdf). Acesso em: 27 dez. 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 84, ano XXVI, 2005.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964 - 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOLASCO, A. C.; ROCHA J. A.; FRANÇA, J. N.; ASSUNÇÃO, J. G. B. de; VERÇOSA, L. V. de.; SANTOS, M. M. S. dos; ALVES, M. J. S. Serviço Social em Alagoas: o protagonismo da escola de Serviço Social Padre Anchieta. In: COSTA, G. M. da; SOUZA, R. M. de (Org.). **Curso de Serviço Social 50 anos em Alagoas**: educação, direitos e emancipação humana. Maceió: EDUFAL, 2008.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

PINTO, R. M. F. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.  
PRÉDES, R (Org.). **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRÉDES, R. O Serviço Social no Brasil. In: FÉRRIZ, P. A. F.; PATRIOTA; L. M.; SILVEIRA, A. S. (Org.). **O curso de. Serviço Social da UEPB**: elementos para uma análise histórica e teórico- metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

SANTOS, M. da S. Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil. **Ser Social**. Brasília, v. 21, n. 45, jul.- dez. 2019.

SEMINÁRIO Sobre Constituinte. 1985. Disponível em:  
[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/III/85006837/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_III\\_85006837\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/85006837/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_85006837_d0001de0001.pdf). Acesso em: 27 de dez. 2024.

SILVA, A. A. A questão dos estágios e o mercado de trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 24, ago. 1987.

SILVA, J. L. da. Curso de Serviço Social em Alagoas e movimento estudantil. In: COSTA, G. M. da; SOUZA, R. M. de (Org.). **Curso de Serviço Social 50 anos em Alagoas**: educação, direitos e emancipação humana. Maceió: EDUFAL, 2008.

SILVEIRA Jr., A. A. Notas para uma história da emergência do Serviço Social na particularidade do nordeste. In: SILVEIRA Jr., A. A (org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA Jr., A. A. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. Curitiba: CRV, 2022.

STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- VARGAS, J.; FELIPE, E. S. Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. **Revista de Economia**, Paraná, v. 41, n. 3, p. 127-148, dez. 2015.
- VASCONCELOS, T. B. P. **Modernização e laicização do Serviço Social na década de 1970**: formação e mercado de trabalho profissional em Alagoas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- WANDERLEY, L. E. Conjuntura, a universidade e o profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, 1986.
- WEISSHAUPT, J. R. (Org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1985.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Abepss). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Abepss). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; Abepss, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.